

Ano 1, Nº 01 - 2013

ISSN 1808-4362

Revista Reformatio



A sua Universidade em Londrina



ENTIDADE MANTENEDORA
INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA

Reitor

Dr. Eleazar Ferreira

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Mario Antônio da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a Dra. Damares Tomasin Biazin

Diretoria:

SRA. ANA MARIA MORAES GOMES..... *PRESIDENTE*
SR. CLAUDINEI JOÃO PELISSON*VICE-PRESIDENTE*
SRA. EDNA VIRGINIA CASTILHO MONTEIRO DE MELLO.....*SECRETÁRIA*
SR. JOSÉ SEVERINO..... *TESOUREIRO*
DR. ELEAZAR FERREIRA..... *REITOR*
DR. OSNI FERREIRA (REV.).....*CHANCELER*

Rua Alagoas, nº 2.050 - CEP 86.020-430

Fone (43) 3375-7401 – Londrina-Paraná.

www.unifil.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

Órgão de Divulgação Científica do Curso de Teologia da Unifil

COORDENADOR DO COLEGIADO DO CURSO DE TEOLOGIA

Prof. Dr. Mário Antonio da Silva

EDITORA DA REVISTA

Prof.^a Dra. Valéria Maria Barreto Motta dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Jeremias Klein

Prof. Ms. César Marques Lopes

Prof. Ms. Ênio Caldeira Pinto

Prof. Ms. José Martins Trigueiro

Prof. Dr. Mário Antonio da Silva

Prof. Ms. Silas Barbosa Dias

Prof.^a Dra. Valéria Maria Barreto Motta dos Santos

Prof.^a Dra. Vera Lúcia Barreto Motta

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Prof. Ms. Ênio Caldeira Pinto

Coordenadores de Cursos de Graduação

- ✚ Administração - Prof. Dr. Edgard José Carbonell Menezes;
- ✚ Prof.^a Esp. Denise Dias Santana
- ✚ Agronomia - Prof. Dr. Fabio Suano de Souza
- ✚ Arquitetura e Urbanismo- Prof. Ms. Ivan Prado Junior
- ✚ Biomedicina – Prof.^a Ms. Karina de Almeida Gualtieri
- ✚ Ciência da Computação - Prof. Ms.Sergio Akio Tanaka
- ✚ Ciências Contábeis – Prof. Ms. Eduardo Nascimento da Costa
- ✚ Direito - Prof. Dr. Osmar Vieira
- ✚ Educação Física – Prof.^a Ms. Joana Elisabete Ribeiro Pinto Guedes
- ✚ Enfermagem – Prof.^a Ms. Rosângela Galindo de Campos
- ✚ Engenharia Civil - Prof. Dr. Paulo Adeildo Lopes
- ✚ Estética e Cosmética – Prof.^a Ms. Mylena C. Dornellas da Costa
- ✚ Farmácia – Prof.^a Dra. Gabriela Gonçalves de Oliveira
- ✚ Fisioterapia – Prof. Ms. Luiz Antonio Alves
- ✚ Gastronomia – Prof.^a Esp. Cláudia Diana de Oliveira
- ✚ Gestão Ambiental - Prof. Dr. Tiago Pellini
- ✚ Logística – Prof. Esp. Pedro Antonio Semprebom
- ✚ Medicina Veterinária – Prof.^a Ms. Maira Salomão Fortes
- ✚ Nutrição – Prof.^a Ms. Elis Carolina de Souza Fatel
- ✚ Pedagogia – Prof.^a Ms. Ana Cláudia Cerini Trevisan
- ✚ Psicologia – Prof.^a Dra. Denise Hernandez Tinoco
- ✚ Sistema de Informação – Prof. Dr. Rodrigo Seabra
- ✚ Teologia – Prof. Dr. Mário Antônio da Silva

Submissão de Artigo para Publicação

O envio de artigos para a revista é contínuo, e podem ser encaminhados para o e-mail iniciacaocientifica.pos@unifil.br, respeitando-se as normas do periódico.

Normas para Publicação

E-Reformatio publicará artigos, resenhas e outras matérias sobre Religião, Sociedade e Educação de natureza prático-teórico-metodológico.

Serão aceitos textos para publicação nos seguintes idiomas: português, espanhol e inglês.

Os textos devem ser aprovados pelo **Conselho Editorial** e seguir as seguintes especificações:

Os trabalhos devem ser digitados em Word 7.0 (ou superior). Devem conter título, notas e imagens, o resumo (de no máximo 7 linhas) em português e três palavras-chave.

Os textos devem ter entre 15 e 30 mil caracteres, digitados em Times New Roman 12, com espaçamento de 1,5, com margens de 2,0 cm em folha A4.

As notas devem vir no rodapé e a bibliografia no final do texto. As resenhas podem ter no máximo 5 páginas.

NOTA: Os direitos autorais dos são dos respectivos autores que não receberão nenhuma remuneração pela publicação.

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos para o público-leitor o primeiro número de 2013 da Revista Eletrônica da Teologia – *e-Reformatio*. Fizemos uma edição abrangendo temas variados e atuais, fruto de reflexões de alguns dos nossos docentes que se preocupam em apontar novos rumos para os líderes atuais. Iniciamos a nossa Revista com o artigo *Ação Evangelizadora Jesuíta e os Princípios da Contra Reforma*, elaborado pelo Dr. Leandro Henrique Magalhães, objetivando entender o papel evangelizador dos jesuítas no Brasil, nos séculos XVI e XVII, a partir dos princípios da Contrarreforma, de base tomista. Magalhães é professor de História e preocupa-se no entendimento acerca da formação religiosa na cultura brasileira. Em seu artigo, a ênfase será sobre o empreendimento de unificação dos povos e universalização uma só igreja, feitas pelos padres jesuítas José de Anchieta e Antônio Vieira. A proposta do Dr. Carlos Jeremias Klein é trazer alguns *Apontamentos da Escatologia Cristã*, uma área da teologia sistemática muito difundida nos círculos acadêmicos, mas pouca ensinada nos ambientes eclesiais. Partindo dos principais teóricos, Klein estuda a *escatologia consequente* de Johannes Weiss e Albert Schweitzer; a *existencial* de Rudolf Bultmann; *realizada* de Charles Dodd e a da *História da Salvação* de Oscar Cullmann. Sua reflexão vai mais além ao proporcionar uma compreensão sobre o destino humano, a saber, a restauração universal como um ato último da ação de Deus. Não obstante a isso, Klein ainda aponta diretrizes sobre a compreensão do duplo destino e o aniquilacionismo dos réprobos. Pensando numa revisão da prática de *Adoração e Ética* nas nossas igrejas, a Dra. Valéria Maria Barreto Motta dos Santos apresenta uma reflexão sobre as atuais propostas de adoração encontradas nas igrejas cristãs, verificando as inovações e possíveis desvios à luz da Palavra de Deus, apontando para um compromisso litúrgico e alternativas que incorporem um estilo de vida, permeado pelo Espírito Santo. Professor Ênio Caldeira Pinto trata em *Refletindo sobre a relação entre teologia e educação* o estreitamento dessas disciplinas como elementos integrantes da formação de pessoas e também as discute a partir do desenvolvimento humano cuja finalidade é a promoção da liberdade do indivíduo. Para isso, ele diz que a formação da cidadania passa pela prática da piedade, como cumprimento dos deveres, e do conhecimento, como ação do saber fazer. Por último, temos o artigo da Dra. Selma Frossard Costa, cujo título relaciona os temas de uma práxis ministerial relevante: *A Igreja, exclusão social e Missão Integral – uma reflexão necessária*. Sua intenção é relatar o processo de inserção da igreja evangélica no contexto social brasileiro, frente às demandas sociais presentes, que são expressões da injustiça social. Para ela, é necessário buscar uma interatividade com a prática evangelizadora de Jesus e as relações empreendidas com as pessoas, apontando para a prática da Missão Integral frente aos desafios que a atual Igreja enfrenta. Concluímos com uma resenha elaborada pelo professor Ênio Caldeira Pinto do livro *Not the Way It's Supposed to Be: A Breviary of Sin* escrito pelo Dr. Cornelius PLANTINGA JR, como contribuição ao tema da doutrina do pecado. Uma boa leitura a todos e aguardamos sua colaboração para as próximas edições!

Prof.^a Dra. Valéria Maria Barreto Motta dos Santos

R349	200 Ficha Catalográfica: Revista Reformatio / Centro Universitário Filadélfia. Vol. 1, 2013 – Londrina: UNIFIL, 2013- Semestral ISSN 1808-4362 1. Teologia - Periódicos. I. UniFil – Centro Universitário Filadélfia. Bibliotecária Responsável Erminda da Conceição Silva de Carvalho CRB9/1756
------	---

SUMÁRIO

AÇÃO EVANGELIZADORA JESUÍTA E OS PRINCÍPIOS DA CONTRA REFORMA

Prof. Leandro Henrique Magalhães.....8

APONTAMENTOS SOBRE ESCATOLOGIA

Prof. Dr. Carlos Jeremias Klein..... 33

ADORAÇÃO E ÉTICA

Prof.^a Dra. Valéria Maria Barreto Motta dos Santos..... 44

REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TEOLOGIA

Prof. Ms. Ênio Caldeira Pinto 54

IGREJA, EXCLUSÃO SOCIAL E MISSÃO INTEGRAL – UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Prof.^a Dra. Selma Frossard Costa..... 66

RESENHAS

Prof. Ms. Ênio Caldeira Pinto 77

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil
AÇÃO EVANGELIZADORA JESUÍTA E OS PRINCÍPIOS DA CONTRA
REFORMA

JESUIT EVANGELIZING ACTION AND COUNTER-REFORMATION FOUNDATIONS

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães¹

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo entender o papel evangelizador dos jesuítas no Brasil, nos séculos XVI e XVII, a partir dos princípios da contra-reforma, de base tomista. Parte-se da concepção de que a conversão seria uma estratégia de unificação dos povos e de universalização, pautada na concepção de uma igreja e de um povo de Deus. Outro elemento da contra reforma, importante para a ação evangelizadora, será a confirmação dos sacramentos. A ação evangelizadora da Companhia de Jesus estava ainda vinculada a noção de padroado, o que possibilitava o favorecimento dos interesses da coroa lusitana e que legitimava, por exemplo, o discurso messiânico do padre Antônio Vieira. Para essa análise, foram utilizadas como fonte a “Doutrina Cristã”, de José de Anchieta, e sermões do padre Antônio Vieira.

PALAVRAS-CHAVE: Contra Reforma, Padre Antônio Vieira, Padre José de Anchieta.

ABSTRACT:

The current paper has the purpose to clarify the evangelist role of Jesuits in Brazil during the XVI and XVII centuries, from the foundations of Counter-Reformation based on the Saint Thomas' thought. It comes from the concept that conversion would be a strategy to unify the nations and its universalization, conceived as the notion of one church and one nation of God. Another element of the Counter-Reformation, which was essential to the evangelist action, will be the sacrament of confirmation. The evangelist action of The Society of Jesus was still linked to the notion of patronage, which could empower and enable the Lusitanian Royal Court interests, and legitimate, as an example, the messianic discourse of the priest Antônio Vieira. To this analysis, the “Christian Doctrine” was used as sources, written by the Priest José de Anchieta and selected sermons from the Priest Antônio Vieira.

KEYWORDS: Counter Reform, Priest Antônio Vieira, Priest José de Anchieta.

¹ Graduado e Especialista em História pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

CONTRA REFORMA: Contextualização

A reforma cristã ocorrida no século XVI teve como pano de fundo a constituição do Estado Nacional Moderno. Desta forma, a análise do movimento reformista que dera origem tanto ao protestantismo como à reforma promovida pelo papado deve ir além do debate acerca da concepção da Igreja, agregando o entendimento que se tinha de Estado e Império. Já no século XV inicia-se um questionamento acerca da legitimidade tanto da Igreja e sua atuação junto aos territórios principescos, como do Estado e a possibilidade de intervir nos negócios da Igreja (GREEN, 1984). Há assim uma série de questionamentos a respeito do funcionamento da Igreja e sua jurisdição junto ao poder temporal, além do fato do Papa, em especial no período da renascença italiana, assumir o papel de príncipe, privilegiando a expansão territorial em detrimento da Igreja Universal. (TUCHMAN, 1985). Muitos afirmam, assim, que o Papado da renascença passara de pastores universais a meros políticos italianos (DUFFY, 1998). Aliado a isso se tem o fato de que o cristianismo vivia, em fins da Idade Média, uma de suas maiores crises, resultando em um crescente desprestígio da instituição frente aos fiéis e o desejo de uma religião menos formal e mais pessoal (GREEN, 1984).

É certo, no entanto, que o movimento conhecido como Reforma Protestante não foi o primeiro momento de ruptura no interior do cristianismo. O papado havia sofrido graves prejuízos com a transferência da sede Igreja para Avinhão, na França, provocando uma crise institucional que levaria a divisão do papado que, de 1378 a 1417, teria duas sedes: uma na França e outra em Roma, situação resolvida com o Concílio de Constância, de 1418. Com isso o papado perde força, com acordos realizados com soberanos, em nome das chamadas “igrejas nacionais” (DUFFY, 1998). A reunificação do cristianismo dá-se, de forma efetiva, com o Papa Nicolau V (1447-1455), que coroa o Imperador Frederico III, em 1452. Ou seja, o processo de universalização da igreja passa a ser pensada juntamente com a formação do Estado Moderno (ZAGHENI, 1999).

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

O vínculo entre o papado e os Estados Nacionais em formação, assim como o fato de o Papa ampliar sua jurisdição temporal levou muitos teólogos a defenderem a limitação do poder do Papa por meio da supremacia do Concílio Geral (GREEN, 1984). Este movimento, para muitos de renovação, fora denominado de “Movimento Conciliar”, visando uma reforma institucional, defendida por nomes como Girolamo Savonarola e Erasmo de Roterdã (DUFFY, 1998). O Concílio de Latrão, ocorrido no ano de 1512, fora, neste sentido, fundamental para reafirmar o poder do Papa e sua supremacia frente ao “Movimento Conciliar”. Liderado pelo Papa Júlio II (1443-1503), o concílio garante ao Papado o poder de nomear bispos e abades. Esta é a mesma época em que Lutero propõe um debate acadêmico sobre a questão das indulgências, intensificadas neste momento visando a construção da Basílica de S. Pedro (DUFFY, 1998). Há aqui um condenar do conciliarismo e o início das denúncias acerca da tendência de formação das chamadas igrejas nacionais (LINDBERG, 2001).

A idéia de reforma não era assim uma novidade, havendo debates constantes na Igreja Católica. Um exemplo é o grande número de concílios ecumênicos ocorridos até o século XVI, no total de dezenove (ZAGHENI, 1999). Pode-se dizer assim que a reforma católica é anterior a protestante e independente dela, não sendo meramente uma reação a reforma, causando problema no uso da terminologia Contra-Reforma (LINDBERG, 2001). Seguindo as teses apontadas por Fernandez (1997), a diversidade da cristandade deve ser entendida como elemento inerente a sua natureza, e não como consequência de eventos específicos e, desta forma, a Reforma deve ser colocada como tema da história da igreja até os dias de hoje. Além disso, o autor afirma que parte da cristandade já estava fora da chamada “Igreja Única”, usando como exemplo a tendência européia em direção às igrejas nacionais, como o caso do padroado e a possibilidade de indicação de cargos eclesiásticos por parte de alguns Estados cristãos, além de casos como da igreja hussita, na boêmia (abjuração da eucaristia e litúrgia em vernáculo), e da Igreja da Bósnia, no século XIV e a cristandade oriental e os netorianos, cristãos indianos e chineses, além da crença na existência do Reino de Prestes João.

Outra tese de Fernandez (1997) é de que o que ocorrera fora um movimento paralelo, não de oposição. Ou seja, fora uma reforma na cristandade, tendo como principal elemento teológico a busca de um relacionamento pessoal com Deus e como

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

pano de fundo político a formação dos Estados Nacionais: “A reforma, portanto, não introduziu as inovações comumente atribuídas a ela: não rachou uma igreja monolítica, não introduziu heresias inéditas, não gerou as primeiras igrejas nacionais (FERNANDEZ, 1997: 21)”. A Contra-Reforma deve ser entendida como uma expressão cunhada no século XIX pelos protestantes, visando marcar uma nova era no cristianismo e valorizar sua ação, pois a idéia de unidade daria mais importância a reforma européia (DAVIDSON, 1991).

A CONTRA REFORMA E O CONCÍLIO DE TRENTO

Lutero, desde 1517, desejava a realização de um concílio livre, sem a tutela papal (ALBERIGO, 1995; ZAGHENI, 1999), apesar da condenação feita pela *Bula Exsecrabilis*, de 1255, durante o papado de Alexandre IV (1254-1261), a todo aquele que apelasse para um concílio. No entanto em 1523 a Dieta Imperial (reunião dos príncipes e cidades livres da Alemanha) clama pela necessidade de um concílio livre e cristã, em terras alemãs. Esse movimento em defesa de uma reforma cristã fora acompanhada por Júlio II (1503-1513) no V Concílio de Latrão (1512-1517), por Adriano VI (1522-1523) amigo de Erasmo e tutor de Carlos V, além de Bispo e Inquisidor na Espanha, que pretendia a realização de uma reforma pela “cabeça” e por Clemente VII (1523-1534) (LINDBERG, 2001).

Uma das dificuldades apresentadas para a realização de um novo concílio, que garantisse uma reforma do cristianismo que fosse realizada por dentro da Igreja, era em relação à ascensão e constituição dos Estados Nacionais e seus governantes, em especial Francisco I (1515-1547) da França, Henrique VIII (1509-1547) da Inglaterra e Carlos V (1516-1555), de Espanha e Alemanha (DUFFY, 1998), sendo coroado Imperador em 1530, após o famoso saque de Roma². Segundo Patrícia

² Carlos V não herdara somente os Países Baixos em 1519. Governava praticamente toda Europa, acumulando os seguintes títulos: “*Rei dos Romanos; Imperador-eleito; semper Augustus; Rei de Espanha, da Sicília, de Jerusalém, das Ilhas Baleares, das Ilhas Canárias, das Índias e das terras firmes do outro lado do Atlântico; Arquiduque de Áustria; Duque de Borgonha, do Brabante, da Estíria, da Caríntia, da Carníola, do Luxemburgo, do Limburgo, de Atenas e de Patras; Conde de Habsburgo, de*

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Martins Castelo Branco (2004), Carlos V (1516-1555) foi considerado “Imperador do Mundo”, o que não é sinônimo de coesão territorial, tendo em vista o fato de que a Europa do Século XVI era formada por cerca de quinhentos Estados principescos, com sua maioria formando o Sacro Império Romano-Germânico. Ainda segundo a autora, apesar de possuírem certa independência econômica e política, os estados principescos não eram o principal problema enfrentado pelo Imperador, mas sim a Reforma Luterana na Alemanha e a ascensão de príncipes que marcam a constituição dos Estados Nacionais modernos, como a Hungria, a Áustria e a ofensiva de Francisco I (1515-1547), soberano francês.

A aliança com Carlos V (1516-1555) dificultou a ação do papado contra os protestantes alemães, levando o imperador a defender a realização de um concílio como meio de refazer a unidade imperial. Francisco I (1515-1547), por sua vez, era contrário ao concílio, pois entendia que a divisão religiosa enfraquecia o império (ALBERIGO, 1995). Por outro lado Henrique VIII (1509-1547), da Inglaterra, rompe com a igreja e se declara chefe supremo da igreja sobre a terra, opondo-se a Carlos V (1516-1555) (ALBERIGO, 1995). O fato é que os conflitos entre os Estados Nacionais e seus governantes, em especial entre Carlos V (1516-1555) e Francisco I (1515-1547), adiam a realização do concílio de 1537 para 1545 (ZAGHENI, 1999).

Outro motivo que dificultou a constituição de um concílio fora o fato do Papa Clemente VII (1523-1534) ser contrário a ele (ALBERIGO, 1995), diferente de Papa Paulo III (1534-1549), favorável da reforma desde o V Concílio de Latrão (1512-1517), visando a constituição de um concílio com participação luterana (DUFFY, 1998). Em 1537 elabora um programa para o concílio, intitulado de “*Consilium de Emendanda Ecclesia*” (ALBERIGO, 1995; DUFFY, 1998), sendo auxiliado por nove cardeais. Este documento apresentou a necessidade de uma reforma radical da Cúria, atacando em especial a simonia, o acúmulo de benefícios e o nepotismo (LINDBERG, 2001). O relatório vaza, sendo publicado por Lutero, com notas explicativas, considerado este um grande trunfo para os protestantes.

Fundamental para a realização do concílio foi a paz entre os cristãos, possível após vitória de Carlos V (1516-1555) sobre Francisco I (1515-1547) na chamada paz

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

de *Crépy-em-laonnois* (ALBERIGO, 1995). Com isto, o concílio é inaugurado em 1545, nos Alpes Italianos, sem os luteranos, que se negavam a pisar solo italiano. Aliado a isto o Papa Paulo IV (1555-1559), conhecido pela sua rigidez dogmática e desejo de eliminar o protestantismo, cria o “Index Librorum Prohibitorum”, em 1559, modificado em 1564 pelo concílio (LINDBERG, 2001).

Paralelamente inicia-se uma ofensiva dos Estados católicos contra o protestantismo, com a inquisição espanhola avançando sobre os países baixos e, na França, a fé católica passando a ter força de lei (ALBERIGO, 1995). A grande dificuldade, no entanto, era a identificação das heresias. Era comum os casos de heresias, em especial nos meios populares, com muitas delas sendo fundidas ao protestantismo e, em outros casos, havendo dificuldades de separação entre heresia e santidade, como no caso de São Francisco de Assis (FERNANDEZ, 1997) ou do Padre Antônio Vieira, já no século XVII, que apesar de jesuíta e tomista, opta por um discurso nacionalista e próximo ao judaísmo (MAGALHÃES, 2006).

A questão da heresia está intimamente vinculada a debate em torno do pecado e da graça, sendo o pecado entendido como desobediência direta do indivíduo para com Deus e a Graça como assistência de Deus, que auxilia o pecador a evitar o pecado, havendo a Justificação quando o pecador é reconduzido do pecado para a obediência (DAVIDSON, 1991). Vale a pensa ressaltar que a justificação fora questão central no debate entre protestantes e católicos em todo o século XVI.

Apesar disso, a igreja católica não via na heresia seu grande problema, pois entendia-se que a questão que deveria ser enfrentada pela igreja era o paganismo. Ou seja, a adoração a falsos deuses era mais grave que desvios doutrinários (FERNANDEZ, 1997). Vale ressaltar que o descobrimento e problemas com a conversão fez da reforma um acontecimento local, havendo grandes preocupações com a necessidade de adaptar a mensagem e o estilo missionário aos novos povos. Retoma-se questões levantadas por Agostinho de Cantuária, em carta ao Papa Gregório I (590-604), quanto da ação missionária na Inglaterra, ou seja, como fundar uma igreja frente a uma nação bárbara, feroz e pagã? Qual a forma certa de agir, quando há uma única fé e várias práticas e costumes? Reposta de Gregório I ressalta a importância de aprender com os lugares e selecionar o que há de bom em cada um

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

deles, vendo no lugar elemento fundamental para a constituição de uma identidade e para o fortalecimento de um sentimento de pertencimento.

Uma das práticas adotadas seria abençoar os lugares santos com água benta, apropriando-se, construindo altares e usando relíquias, aliando elementos religiosos globais aos locais. A localidade é um elemento que ainda hoje desafia a igreja romana, devido a constituição de santos e ritos próprios, proporcionados, muitas vezes, por esta imposição de valores, que são incorporados a cultura popular e contribuem para a constituição de identidades coletivas. Ou seja, apesar das tentativas de unificação e evangelização, a religiosidade popular/local permanece, mesmo que reinventada (FERNANDEZ, 1997).

A questão da unidade é um elemento fundamental para Gregório I e também para os papas do século XVI, que se vêm obrigados a pensar a unidade em um momento de fragmentação, tanto do Cristianismo como do Império, em processo de constituição do Estado Nacional. Além disso, há a necessidade de pensar a unidade em um mundo cada vez maior e culturalmente diverso, sendo este um dos elementos que constantemente preocuparam os jesuítas. Daí entendermos os motivos que levaram a constituição do *Ratio Studiorum*, visando dar unidade a procedimentos e metodologias no ensino oferecido nas escolas jesuítas em todo mundo, e a retomada do discurso messiânico em torno da noção de Império por nações em formação e por importantes jesuítas, como é o caso do Padre Antônio Vieira e a identificação de Portugal como sendo o Quinto Império do Mundo (MAGALHÃES, 2006).

O Concílio de Trento é realizado neste contexto: de disputas políticas, marcadas pela constituição dos Estados Nacionais; pela descoberta do Novo Mundo, exigindo estratégias de conversão que garantissem a expansão e unidade da cristandade; e de questionamentos de fundo teológicos intensificados pela crise institucional por qual passava a igreja. Os Objetivos do Concílio foram definidos na "*Bula Laetare Jerusalem*", sendo eles: garantia da unidade religiosa; busca de uma reforma da igreja; e realização de uma cruzada contra os turcos (ZAGHENI, 1999). Na prática, o objetivo central era a reunificação dos povos cristãos (LINDBERG, 2001).

O concílio pode ser dividido em três períodos: o primeiro período vai de 1545 a 1549, tratando: do pecado original, da justificação, do número de sacramentos, da

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

definição do batismo/crisma, da obrigação dos bispos em residirem na sua diocese e de cuidarem da formação dos padres; o segundo período vai de 1551 a 1552 e aborda os sacramentos, a eucarística, penitência e extrema-unção; o terceiro período é de 1562 a 1563, tratando dos sacramentos do sacrifício da missa, ordem e matrimônio. Dentre este conjunto de temáticas, podem-se considerar como principais o pecado e a justificação; a bíblia e a tradição; e a doutrina e os sacramentos (ZAGHENI, 1999). Outra tendência do concílio era fortalecer o catolicismo onde o protestantismo não se estabelecera, como na América (DAVIDSON, 1991). Dentre as tendências que disputavam a hegemonia do concílio, podemos destacar os *Spiritualli*, que tinham proximidade com os protestantes; os agostinianos; os de base teológica em *Duns Scotus*; e os tomistas.

O concílio apresentou algumas dificuldades para o papado: havia um conflito aberto com o imperador, que queria uma reforma da Igreja, e do Papa, que desejava a condenação dos protestantes. Outro perigo era a retomada do “Movimento Conciliarista”, ou seja, a tese de que o concílio representava a Igreja Universal (ALBERIGO, 1995). Visando enfraquecer o poder do Imperador, o concílio é transferido para Bolonha. Como contra-ofensiva, Carlos V (1516-1555) promulga o “*Interim de Augusta*”, que restabelece o catolicismo na Alemanha com duas concessões: comunhão sob duas espécies e autorização de casamento dos padres. A segunda Convocação dá-se por Júlio III (1549-1555), agora com forte influência de Carlos V (1516-1555). Como resultado tem-se a retirada dos delegados franceses e apoio de Henrique II (1547-1559) a uma ofensiva protestante contra o imperador. As dificuldades demonstradas pelo concílio em se chegar a um acordo levou Carlos V (1516-1555), em 1555, a reconhecer a divisão religiosa do Império com a Paz de Augusta, renunciando em 1556 a favor de Filipe II (1556-1598). Em 1559 tem-se a paz entre França e Espanha, possibilita a reconvocação do concílio. Na 3ª. Convocação todos canônes foram lidas e aprovadas, garantindo sua unidade. Em 26 de janeiro de 1564 o Papa Pio V (1559-1565) assina a *Bula Benedictus Deus*, publicada em 30 de junho de 1564 (ALBERIGO, 1995).

Em relação ao debate ocorrido no concílio, podemos dividi-la em questões doutrinárias e de costumes. Em relação às questões doutrinárias, temos: A Questão da Bíblia, definindo a autoridade do texto bíblico e declarando autêntica a versão

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

latina, chamada de vulgata. O conteúdo da bíblia deveria ser completado pelas tradições, havendo igual autoridade entre a bíblia e as tradições, reafirmando assim o poder da igreja. Não houve condenação ou permissão para o uso de traduções em vulgar, sendo, no entanto, incluído as bíblias em vernáculo no *index*, proibindo-se ainda sua leitura sem autorização (ZAGHENI, 1999; ALBERIGO, 1995; DAVIDSON, 1991); o Pecado Original, consequência hereditária de Adão, afirmando-se que todos os homens nascem pecadores, mas, graças a Jesus, são livrados pelo batismo, restando ao homem à concupiscência, que pode ser combatida (Lutero entende a concupiscência como marca de Adão). Ou seja, o batismo redime o homem do pecado original, reforçando a idéia de cooperação entre homem e Deus (DAVIDSON, 1991; ALBERIGO, 1995). Assim, entendia-se que “*O Homem pode, e deve, preparar-se para justificação (DAVIDSON, 1991: 13)*”; a Questão da Justificação, ou, qual o papel da liberdade do homem frente a iniciativa de Deus, que salva e justifica (ALBERIGO, 1995)? Esta é uma das principais questões levantadas pelo concílio, sendo negada a possibilidade de dupla justificação: primeiro pela fé, depois pelas obras. Parte-se do princípio de que haveria uma justificação, operada no homem por Cristo, inerente até que ele a perca. Graças a Deus, o homem poderia passar da situação de injusta pra justa, de inimiga para amiga por meio de uma renovação interior (ZAGHENI, 1999). Trento opta pelo livre-arbítrio, essência do humanismo, contra o pessimismo protestante, onde o homem colaboraria para própria salvação, possibilitando assim, por exemplo, a ação jesuíta frente aos indígenas americanos (ALBERIGO, 1995). É reafirmada a cooperação humana com a graça para a salvação, reforçando a idéia de justificação com base na escolástica aristotélica. Para Lutero, o pecado original impede o livre arbítrio e a justificação voluntária (DAVIDSON, 1991). Justificação, no concílio, é definido como:

(...) uma transformação profunda graças à qual o homem, enriquecido pelo dom de Deus e por aceitação voluntária da graça e dos dons, torna-se justo, amigo de Deus, herdeiro da vida eterna. Ele é justificado não por imputação extrínseca dos méritos de Cristo, mas por justiça que lhe é própria e que o Espírito Santo difunde nos corações, segundo o seu beneplácito e segundo a disposição e colaboração de cada um. Essa justiça permanece nele como princípio permanente, e implica a presença das três virtudes sobrenaturais da fé,

esperança e caridade. Sem a esperança e a caridade, a fé sozinha não pode justificar o homem nem fazer dele membro vivo de Cristo (ALBERIGO, 1995: 343).

Outra questão doutrinária importante são os Sacramentos. Os protestantes aceitam apenas o batismo e a eucaristia (ALBERIGO, 1995). Já o concílio reforça os sete sacramentos e o fato de serem eficazes em si: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema unção, ordem sagrada e matrimônio (LINDBERG, 2001). A Penitência é tida como o sacramento que restituí ao pecador a graça perdida após o batismo, tendo validade aliada a confissão das culpas e ao ato de contrição (ALBERIGO, 1995). Reafirma-se ainda o fato de que a comunhão seria realizada apenas com o pão, e não pão e vinho, além de confirmar-se a transubstanciação (LINDBERG, 2001). O homem não estaria salvo a priori, podendo perder-se ou salvar-se, dependendo do uso que faz da graça. Daí a importância dos sacramentos.

Em relação aos costumes, reafirma-se o papel do Papa, entendido como o único com poder de ordenação de bispos (DAVIDSON, 1991), apesar das concessões para Estados controlarem nomeações e finanças da Igreja, como a concordata de Bolonha (1516, França) e Patronato Relato de 1508, confirmado em 1523, que dá o direito aos espanhóis de concederem benefícios eclesiásticos no novo mundo (DAVIDSON, 1991). É realizada uma reforma de conduta, que afeta o poder dos bispos, e criam-se ainda as congregações, com papel de supervisionar a administração da igreja, sendo as principais: a Congregação do Santo Ofício, de 1542, com papel de proteger a doutrina da Igreja; a Congregação dos Ritos, de 1588, referente a liturgia e ao culto aos santos; e a Congregação para a Propagação da Fé, de 1622 (missões), que visava atender a Europa e as terras descobertas (DAVIDSON, 1991).

REFORMA, CONTRA REFORMA E O DISCURSO EM RELAÇÃO AO NATIVO AMERICANO

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

O Concílio de Trento, apesar de ser um dos mais importantes eventos de sua época, não pode ser entendido como o único elemento que marca a chamada Contra Reforma. Vale lembrar que a constituição da Companhia de Jesus antecede o início do concílio, sendo este um elemento fundamental para sua consolidação. Os jesuítas foram fundamentais para o fortalecimento dos ideais contra-reformistas, em especial a partir de sua atenção a educação, levando a fundação de colégios jesuítas na Europa e no Novo Mundo, e de sua ação evangelizadora, pautada em princípios tomistas.

Um dos princípios centrais do tomismo é a concepção de que com o homem estaria apto a distinguir a verdade e a seguir a lei de Deus, fundamentada no conceito de Direito Natural. As leis humanas teriam sido criadas pelo homem, mas a partir dos desígnios divinos e, desta forma, o poder temporal deveria agir de acordo com os interesses religiosos, representados pela Igreja. A humanidade teria conhecimento dos desígnios divinos e, para identificá-los, seria necessário o auxílio de pessoas destinadas por Deus para esta tarefa, vinculadas assim a Igreja. Assim, ao mesmo tempo em que se nega a possibilidade de todos terem acesso às palavras de Deus, justifica-se a existência de uma Igreja Universal, visível e jurisdicional, inspirada no espírito santo e hierarquizada, controlada pelo Papa, e a necessidade de seu intermédio para a salvação humana (SKINNER, 1996). Este elemento é fundamental para a teoria da justificação pautada no fato de que os indivíduos podem se preparar para a justificação e que as boas obras têm valor em si. Há uma aliança entre fé e obra, sendo a justificação responsabilidade dos homens e de Deus. (DAVIDSON, 1991).

Como dito, um dos instrumentos para pôr em prática os desígnios do Concílio de Trento e impedir o avanço protestante foi a Companhia de Jesus, que tinha como objetivo, estender os domínios católicos, instruindo a mocidade para atrair a devoção e atenção dos Reis e dos nobres. Foi criada em 27 de setembro de 1540, reafirmando a universalização da Igreja, sendo que todo membro deveria obediência irrestrita ao Papa e depois ao Geral da Companhia. Seu fundador, Inácio de Loyola (1491-1556), alegava que toda experiência mística deveria ter um resultado prático, favorecendo assim a questão da necessidade das obras. Os jesuítas compartilham das noções tomistas em torno do direito natural, considerando que todos os seres humanos

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

possuem uma razão que lhes permite distinguir entre o certo e o errado e que toda formação social é puramente humana (LINDBERG, 2001).

Este fato favorece sua ação junto aos nativos do além-mar, pois abre a possibilidade para a conversão, estando de acordo com a postura de Inácio de Loyola (1491-1556), que entendia que a reforma da igreja deveria passar pela reforma dos indivíduos e que o domínio da vontade, ou autodomínio, favoreceria o perseguir a vontade de Deus, a salvação da própria alma e dos demais, sendo este elemento central na ação dos jesuítas no Novo Mundo (LINDBERG, 2001). Tal postura faz com que os inacianos tenham seu foco voltado para a evangelização, em oposição a contemplação e retirada do mundo. Admite-se, assim, que o nativo americano também era um ser racional, e assim, poderiam distinguir entre o bem e o mal. Não seriam, ainda, maus por natureza, pois a natureza não seria má, mas o eram seus costumes, uma construção tipicamente humana. Seria assim necessário que se lhes ensinassem os bons costumes e, se eles recusassem a ajuda dos padres da Companhia de Jesus, seria lícito usar a força para fazê-los respeitar as leis naturais (LINDBERG, 2001).

Há assim, em relação ao mundo europeu cristão, duas perspectivas em relação ao indígena americano: uma vinculado aos princípios da reforma, e assim aos ideários protestantes, e outra vinculada ao catolicismo, tridentina e de base tomista. Para os protestantes, a questão da conversão não era tido como problema, devido especialmente as teorias da justificação pela fé e da predestinação. Além disso, a ação protestante na América Portuguesa e Espanhola fora restrita. No caso do Brasil, as incursões mais importantes deram-se no Rio Janeiro, com a implantação da chamada França Antártica, e na região de Pernambuco, com a Invasão Holandesa.

Segundo Alcir Pécora (1992), a visão dos protestantes frente ao novo mundo e seus habitantes era a de nostalgia de um tempo perdido, com, o índio entendido como o bom selvagem impossibilitado de conversão, pois, segundo o dogma da predestinação, *“o selvagem americano quedaria definitivamente excluído da salvação”* (PÉCORA, 1992: 35). Sua imagem estaria vinculada a idéia de uma época paradisíaca perdida, associado a um pessimismo escatológico. Aceitava-se a religiosidade nativa assim como se aceitava as demais manifestações religiosas, elemento destacado no período de dominação holandesa no Brasil. Os Holandeses, segundo o Padre Antônio Vieira, fizeram de Pernambuco *“(...) uma verdadeira Genevra de todos os sertões no*

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Brasil (apud SOUZA, 2004: 50)”, em referência a liberdade e diversidade religiosa. Como forma de convivência, mas também de dominação, holandeses elaboram um catecismo trilingue: holandês, português e tupi³. Outro elemento que denota a convivência dos holandeses com os nativos é fato de terem designado como regedores lideranças indígenas. Foram regedores os índios Domingos Fernandes Campiba, Pedro Poti, capturado na batalha de Guararapes, e Antonio Piraupada, que chegou a visitar a Holanda (SOUZA, 2004).

O exemplo mais acabado de ação calvinista na América Portuguesa fora a de Jean de Léry (1534-1611), que viveu entre os Tupinambás e escreveu o livro “Viagem à Terra do Brasil”. Assim como o Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), entende que os Tupinambás são descendentes de Cam, e assim, portadores de uma maldição. Porém, ao contrário do jesuíta, que entendia que os índios possuíam entendimento natural, e assim poderiam ser convertidos, para o calvinista a conversão do Tupinambá estaria comprometida. Assim como apontado por Alcir Pécora, há um pessimismo em relação à conversão, pois o índio seria selvagem e bárbara, ignorante de todo e qualquer sentimento de divindade, não possuindo fé, lei ou rei (DAHER, 2005). Para os jesuítas o índio era tidos como mau selvagem, porém passível de conversão e inserção na hierarquia da igreja (MAGALHÃES, 1999).

Como consequência tem-se a demonização da religiosidade e cultura indígena, tendo em vista que o cristianismo era visto como a única religião verdadeira, sendo as demais produto do mal ou da ignorância. Há uma imagem aparentemente negativa, com o nativo sendo caracterizado como bárbaro, boçal e preguiçoso, estando, porém associada aos maus-costumes, que poderia ser extirpado com a atuação da Igreja. Neste sentido, a conversão pressupunha a adoção de hábitos e estilos de vida europeia (DAVIDSON, 1991). Havia, no entanto, a possibilidade de manutenção dos costumes que não ofendessem ao catolicismo e a Deus:

Um bom exemplo desse processo pode ser detectado nas tentativas dos missionários em traduzir os conceitos essenciais

³ O domínio da língua fora um estratégia adotada também pelos portugueses, que elaboram diversos catecismos, como catecismo em nahuatl, no México em 1554, o Catecismo Chinês, de 1584, o Catecismo Africano, de 1624 e o Tupi-Gurani, elaborado pelo Padre José de Anchieta (DAVIDSON, 1991).

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

da doutrina cristã, tais como Deus, pecado e vida após a morte em línguas que não contavam com palavras para descrevê-las. Alguns simplesmente adotam o equivalente mais próximo em língua local; mas as palavras nativas inevitavelmente provocavam associações conceituais inadequadas (DAVIDSON, 1991: 67).

Há assim um compartilhar da perspectiva contra-reformista de que o indivíduo pode aprender a palavra de Deus por meio do livre-arbítrio, da razão, sendo assim fundamental importância o processo de evangelização (DAVIDSON, 1991). Diferentemente dos protestantes, que entendiam que para a conversão seria necessária a revelação ou a graça, o que o pagão não possuía, os católicos entendiam que o homem pode aprender a diferença entre o certo e o errado, podendo optar pelo certo ou não pelo livre-arbítrio (DAVIDSON, 1991).

CONTRA REFORMA E O DISCURSO JESUÍTA EM RELAÇÃO AO INDÍGENA BRASILEIRO

Após demonstrar as principais diferenças entre o discurso protestante e jesuíta em relação ao nativo americano, faz-se necessário apontar, a partir da análise das fontes, como este discurso foi elaborado por dois dos principais jesuítas que atuaram em território brasileiro: o Padre José de Anchieta (1534-1597), a partir de sua “Doutrina Cristã”, e o Padre Antônio Vieira (1608-1697), por meio de sermões que tratam da questão indígena. Alguns elementos principais podem ser antecipadamente destacados, como a necessidade de afirmação dos sacramentos, sendo inaceitável comportamento como a poligamia, que não favorecia o sacramento do matrimônio; e a teoria da justificação como elemento que fundamenta a ação jesuíta na América.

Como visto, a justificação está intimamente vinculada ao debate em torno do pecado e da graça, sendo o pecado entendido como desobediência direta do indivíduo para com Deus, havendo justificação quando o pecador é reconduzido do pecado para a obediência (DAVIDSON, 1991). Este elemento é fundamental para a aceitação da

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

conversão do índio, que poderia passar de uma situação de desobediência para obediência. Duas questões devem ser aqui levantadas:

1. a justificação é um discurso que faz sentido para aqueles que tem conhecimento da fé, e assim, entendimento do sentido do pecado. É nesse contexto que se entende tanto a elaboração de uma doutrina cristã voltada para os nativos quanto de teorias que aproximam a história indígena da européia, e assim, cristã;

2. os nativos só poderiam escolher entre o bem e o mal se tivessem a noção do mal, sendo assim necessário inserir discursos e práticas maniqueístas na realidade indígena, em um processo de demonização da diferença;

A questão da justificação está ainda vinculada a da liberdade do homem frente a iniciativa de Deus, que salva e justifica. Lembremos que o Concílio de Trento opta pelo livre-arbítrio, com o homem colaborando para sua própria salvação (ALBERIGO, 1995). Pode-se assim levantar pelo menos três questões fundamentais para a ação jesuíta na América: a liberdade, elemento que marca a legislação indígena brasileira, pautada na noção de soberania defendida por Francisco de Vitória (1486-1546); a lógica da conversão, entendida pelo Padre Antônio Vieira como um conflito entre a fala do pregador e o ouvinte e entre o ouvinte e ele mesmo; e o não entendimento em relação a inconstância do índio. Outro elemento merece destaque: a necessidade de ação, de boas obras, elemento que justifica o trabalho missionário jesuíta, entendida por Vieira como dificultosíssima.

Para que houvesse conversão, seria necessário que os jesuítas além de identificar o mal no outro, levasse-o a entender seus costumes e crenças como obra do demônio, em um processo que Lanciani (1991) chamou de transferência de valores e conhecimentos europeus para o novo mundo, a partir da necessidade de traduzir algo estranho, não identificável para um sistema simbólico conhecido. Laura de Melo e Souza, em seu livro intitulado “O Diabo e a Terra de Santa Cruz” (1986) também nos apresenta esta discussão, ao afirmar que o europeu buscava confirmar na América aquilo que já se sabia, pautado em sua concepção religiosa e nas idéias de Paraíso e Demonização. Neste sentido, a natureza possuiria um caráter endêmico, desde que dominado e transformado pelo colonizador. Já o homem, o nativo americano, é demonizado, sendo suas práticas tidas como heréticas, devido ao predomínio do mal..

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Quando o Padre José de Anchieta chega ao Brasil em 1549, encontra um contexto de abandono e liberdade, agravado pelo estranhamento entre os jesuítas e os nativos. Visando garantir o sucesso da evangelização, busca transpor para o imaginário indígena a mensagem católica, entendendo ser necessário o seu conhecimento para que fosse possível a conversão. O conhecimento é um elemento central da teoria da justificação, tendo em vista que o livre arbítrio só poderia ocorrer, ou a escolha entre o bem e o mal, em um movimento que vai da desobediência para a obediência, se houvesse conhecimento. O discurso cristão, no entanto, era totalmente desconhecido pelos nativos, que tinham em suas entidades representações tanto do bem como do mal, sem uma distinção clara entre ambos (BOSI, 1992). Uma das estratégias encontradas pelo padre fora o trabalho com a língua Tupi, que conhecia mesmo antes de vir para o Brasil (ANCHIETA, 1992). Desenvolve assim um diálogo, um método de catequese para crianças, com a presença de elementos fundamentais para o cristianismo romano, como a Santíssima Trindade e os Mistérios da Vida de Cristo. Sua obra, intitulada Doutrina Cristã, passa a ser usada em todo o Brasil como modelo de evangelização para os jesuítas.

Anchieta vê a necessidade de forjar um discurso maniqueísta, utilizando-se de palavras e mensagens bíblicas que tivessem similitudes com as crenças nativas. O discurso maniqueísta proposto por Anchieta passa pela necessidade de construção da idéia do mal, primeiro passo para a demonização dos costumes e práticas indígenas e para o reconhecimento deste da necessidade de escolha. Para tanto, utiliza-se de elementos e termos reconhecidos pelos índios, como Anhangá, que passa a ser identificado com o universo dos maus hábitos, ou seja, da antropofagia, poligamia, embriaguês e fumo, e Angaíbabba, elemento fundamental para a identidade indígena, que passa a se vincular a coisas do mal, da alma perversa. Podemos citar ainda alguns exemplos da inserção da idéia de mal, como na Confissão Geral, quando os nativos eram obrigados a admitir o pecado frente aos padres jesuítas (ANCHIETA, 1992):

Eu confesso

minhas lembranças de coisas más

minhas más palavras,
minhas obras pecadoras,
a Deus e à Santa Virgem Maria
e ao anjo São Miguel
e a todos os Santos
e a ti, senhor padre:
eu mesmo fui pecador,
eu fui pecador,
eu fui grande pecador.
Por isso eu peço
a Santa Virgem Maria
e ao anjo São Miguel
e a todos os Santos
e a ti, senhor padre:
para que todos por mim
rogueis a Deus.

Lembremos que a confissão é um elemento fundamental da Contra Reforma, sendo um dos sacramentos que seria reafirmado no Concílio de Trento. Neste sentido, a Confissão Geral deve ser entendida como um instrumento a ser usado junto ao nativo convertido. São inseridos, nesta confissão, termos e concepções estranhas ao nativo, como a denominação de santos e da Virgem Maria. Estes, quando ditos aos nativos, aparecem sem tradução, por não fazerem parte de sua cultura e concepção de mundo. A adaptação fazia com que muitos adquirissem sentido diverso do esperado. No credo, por exemplo, fala-se que cristo foi pregado em um travessão de lenho e desceu ao profundo da terra, além de denominar a Virgem Maria de *abá bykába puéra eýma*, ou sem toque anterior do homem e anjo de karaibebê supebê, padre de paý abaré e pecador de angaipáb (ANCHIETA, 1992). Esta simbologia está

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

presente em outros momentos da Doutrina Cristã, como nos texto intitulados “Da Criação do Mundo” (1992: 160) e “Do Sinal da Cruz” (1992: 187-188).

Da Criação do Mundo

M: A quem Deus criou outrora para povoar o céu? / D: Os anjos.

M: Eram bons todos outrora quando Deus os criou? / D: Eram todos bons.

M: Tornaram-se maus alguns depois? / D: Tornaram-se maus também.

M: Como os tratou Deus quando procederam assim? / D: Transformou-os em demônios, lançando-os no fogo.

M: Passaram alguns neste mundo? / D: Passaram.

M: Que sucedeu? / D: Vivem tentando, tentando a gente querendo o que peque.

Do Sinal da Cruz

M: Qual o sinal dos Cristãos? / D: A Santa Cruz.

M: Por que? / D: Porque nela morreu Nosso Senhor Jesus Cristo, para satisfazer por nós e para nos livrar do fogo do diabo.

M: Que diz a gente persignando-se? / D: Diz: “Pelo sinal da Santa Cruz ...”

M: Por que a gente põe o sinal da Cruz em sua testa? / D: porque diz: “Livre-me Deus das lembranças de coisas más da gente”.

M: Por que a gente o faz em sua boca também? / D: Porque diz: “Afaste Deus as más palavras de minha boca”.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

M: Por que a gente também o põe em seu peito? / D: Porque diz: “Afasta-me Deus das obras más que nascem do coração da gente”.

(...)

M: Por que a gente se benze tantas vezes? / D: Porque diz: “Livre-me Deus dos meus inimigos em qualquer ação minha”.

M: Quem é inimigo da gente? / D: O demônio.

Anchieta, ao diabolizar a cultura indígena, passa a entender suas práticas como heréticas. Neste sentido a heresia serve como meio de integrar o outro, de inseri-los em uma mesma genealogia divina, elemento fundamental para os defensores da contra reforma, apesar de tornar-se meio de resistência por parte dos próprios indígenas (VAINFAS,1995). A Diabolização deve ser entendida como prática necessária para que o processo de evangelização pudesse ter continuidade e que elementos de identidade entre nativos e portugueses pudessem ser estabelecidos. Ao apresentar o mal, passa a entender os que aceitam pelo menos a pregação como aliados e aqueles que se opõe a ação dos portugueses, como inimigos, e assim, passíveis de guerra justa. É o que sugere o Auto da Festa de São Lourenço, onde Guaixará, líder Tamoio que tomou S. Sebastião e S. Lourenço aparece como rei dos Diabos, tendo como criados Aimbirê e Saravaia, e como companheiros Tataurana, Urubu e Jaguaruçu. No auto estão presentes ainda a figura de Imperadores Romanos como Valeriano e Décio e de São Sebastião, Padroeiro do Rio de Janeiro, e São Lourenço, Padroeiro da aldeia de São Lourenço:

Tema: Após a cena do martírio de São Lourenço, Guaixará chama Aimbirê e Saravaia para ajudarem a perverter a aldeia. São Lourenço a defende, São Sebastião prende os demônios. Um anjo manda-s sufocarem Décio e Valeriano. Os imperadores recordam façanhas, quando Aimbirê se aproxima. O calor que se desprende dele abrasa os imperadores, que suplicam a morte. O anjo, o temor de Deus e o amor de Deus aconselham a caridade, a contrição e confiança em São

Lourenço. Faz-se o enterro do santo. Meninos índios dançam (ANCHIETA, 1995: 45).

Retoma-se aqui a temática da soberania dos povos indígenas, que teriam liberdade de escolha entre o bem e o mal, assim como entre ser aliado ou não dos portugueses. Os nativos aliados não eram aqueles que necessariamente aceitaram a conversão, mas sim que permitem a pregação e a ação jesuíta em suas terras, elemento central que possibilitaria a inserção de certo conhecimento, fundamental para a escolha, e assim, para a conversão.

Diferentemente do Padre José de Anchieta, que atua no Brasil no momento em que o Concílio de Trento está em andamento, o Padre Antonio Vieira atua quando as principais concepções tratadas no concílio estão em processo de amadurecimento e implantação. Atua ainda em um momento específico da história lusitana, a restauração portuguesa, ocorrida após sessenta anos de domínio de Portugal pela coroa espanhola (1580-1640). Fala assim a partir da perspectiva de constituição e fortalecimentos dos Estados Nacionais, utilizando-se de um discurso messiânico para retomar os princípios tomistas que favorecia a identificação de Portugal como Quinto Império do Mundo, numa contradição entre os interesses de Portugal e de Roma (MAGALHÃES, 2006). Para Vieira, a partir da conversão o outro adquire a condição de cristão e, ao mesmo tempo, de súdito, como os portugueses peninsulares, tornando-se iguais. A alteridade, nestes casos, era aceita desde que não assumisse um papel ameaçador para a cristandade e para a Coroa (MAGALHÃES, 1999). Para Vieira, a incorporação e integração dos diferentes povos, sob a égide da dominação portuguesa seriam fundamentais para a consolidação da independência e para a promoção da expansão do reino.

Ainda nos tempos de Vieira o objetivo maior das missões portuguesas era reduzir os povos do mundo a um único povo de Deus, conduzidos por um único reino. O outro seria importante à medida que houvesse a possibilidade de inserção na cristandade, transformando em igual, sem perder seu caráter diferencial. Havia a necessidade, por parte dos portugueses, de inserir o índio em uma humanidade, a cristã-ocidental, pois todo homem deveria descender de Adão e de um dos filhos de Noé. Neste sentido, passa-se a enxergar traços de possíveis semelhanças entre o

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

nativo brasileiro e ele próprio, chegando a identificar o indígena com descendente de Caim, o maldito (filho de Noé), além de encontrarem pistas da vinda do apóstolo e pregador São Tomé para as terras do Brasil:

Quando os portugueses descobriram o Brasil, acharam as pegadas de São Tomé estampadas em uma pedra que hoje se vê nas praias da Baía; mas rasto, nem memória da fé que pregou São Tomé, nenhum acharam nos homens (...); as pedras conservaram memórias do apóstolo, os corações não conservaram memória da doutrina (VIEIRA, 1951: 405)⁴.

A questão da conversão, para Vieira, estava intimamente vinculada com a forma como elaborava seu discurso, ou seja, como trabalhava a questão da retórica. Segundo Pécora (1985), o jesuíta compunha seus sermões a partir de um conjunto complexo que incluiria a pessoa, a matéria, o estilo e a voz, devendo haver coerência entre o que se prega e o que se faz, sendo necessárias boas ações por parte do pregador (pessoa). Além disso, cada sermão deveria concentrar-se em um assunto básico (matéria), que o pregador teria que conhecer e ter respaldo dos comentadores da Igreja (estilo) e, por fim, ter boa voz para persuadir o ouvinte. No entanto, este conjunto não funcionaria por completo se não houvesse graça divina, evitando o pregador a utilização da palavra de Deus para seu próprio fim. Alcir Pécora demonstra então, que, para Vieira, apesar de Deus nunca negar sua graça, não seriam todas as pessoas que a receberiam, mas somente os eleitos por Deus. Mas, quem seriam estes eleitos? A escolha recaiu sobre uma nação, Portugal, que teria a missão de propagar a fé católica. No entanto, muitos perdem individualmente esta condição, pois ela dependeria das ações de cada um. Neste sentido, o jesuíta está compartilhando da temática da justificação, que deveria ocorrer tanto pela fé quanto pelas obras, sendo a graça entendida como assistência divina, que neste caso, recairia sobre o pregador, representante da igreja católica.

Para Vieira, então, o verdadeiro pregador seria aquele que se preocupasse com os desígnios da História Universal. É a partir desta perspectiva que podemos

⁴ Sermão do Espírito Santo.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

buscar uma luz no que diz respeito a questão do índio e da conversão, pois a palavra de Deus só semearia frutos e garantiria o bom andamento da história ao instaurar um duplo conflito: um entre o pregador e o ouvinte e outro entre o ouvinte e ele próprio, sendo pois que do conflito (instaurado a partir da graça, da intervenção divina através do orador) surgiria a conversão. Era no lugar da diferença que se esperava a fortificação da palavra de Deus. Esperava-se que o ouvinte questionasse suas posições frente as apresentadas pelo orador. A resolução dos conflitos vividos no momento da pregação seria dada exatamente pela superação dos antagonismos entre as ordens humanas e divinas, o que se denominava conversão. Este elemento só seria possível a partir da concepção de livre arbítrio, ou da escolha possível entre o bem e o mal, sendo o pregador tido como intermediador neste processo.

Como visto, para Vieira, a incorporação e integração dos diferentes povos, sob a égide da dominação portuguesa, seria fundamental para a consolidação da independência e para a promoção da expansão do Reino. Este seria um dos grandes problemas da evangelização jesuíta na América Portuguesa, pois, se os nativos aceitavam com facilidade a palavra de Deus, sem conflitos aparentes, como poderia haver conversão?

Não há gentio no mundo que menos repugnem à doutrina da fé, e mais facilmente a aceitem e recebam, que os Brasis: como dizemos logo, que foi pena de incredulidade de S. Tomé o vir pregar a esta gente? Assim foi (e quando menos assim pode ser): e não porque os Brasis não creiam com muita facilidade, mas porque com esta mesma facilidade com que crêem, faz que o seu crer em certo modo seja como não crer. Outros gentios são incrédulos até crer; os Brasis, ainda depois de crer são incrédulos: em outros gentios a incredulidade é incredulidade, e a fé é fé; nos Brasis a mesma fé ou é ou parece incredulidade (VIEIRA, 1951: 406)⁵.

O nativo só poderia ser entendido como igual, se inserido dentro do corpo da igreja católica, sendo que os desiguais por natureza tornam-se iguais no organismo

⁵ Sermão do Espírito Santo.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

coletivo da Igreja. Tal fato pode ser demonstrado em sermão pregado em Portugal, na Capela de Santa Engrácia no ano de 1662, quando Vieira reafirma que somente através da eucaristia todos os homens tornar-se-iam iguais, apesar de serem “coisas tão diversas”:

Dois ramos de uma grande árvore são muito distintos, e muito distantes; mas porque se unem ao mesmo tronco, ficam também unidos um com o outro. (...) Eu sou a vida, e vós os ramos: e assim como os ramos, pela união que têm com a vida, ficam unidos entre si, assim os que comungamos o corpo de Cristo, pela união que temos com Cristo, ficamos unidos entre nós (VIEIRA, 1951: 125/126).

Como pode ser que tantos homens, que são coisas tão diversas, e tão distantes, sejam uma só: (...) Só no mistério da eucaristia se pudera conseguir esta possibilidade, e só no mistério da trindade se pudera achar esta semelhança (VIEIRA, 1951: 126)⁶.

Para Vieira era possível o convívio da diferença, desde que fazendo parte da hierarquia da Igreja. O outro estava condicionado à fé, sendo esta a grande missão dos jesuítas, e dos portugueses, na América: trazer os brasis para o caminho de Deus, pois só assim fariam parte de um todo e alcançariam a salvação. Porém retoma a grande dificuldade por qual passava os jesuítas, a questão da inconstância (VIEIRA, 1951)⁷. A inconstância demonstra que, por um lado, os jesuítas tinham dificuldades de entender as especificidades da cultura indígena e, por outro, que a tentativa de incorporação por parte dos portugueses se deparou com uma sociedade capaz de interagir sem se impor ou se desenraizar, o que dificultou a atuação missionária, além de estabelecer relações estranhas a ambos. No entanto a inconstância não seria um elemento que inviabilizaria a ação dos jesuítas, tendo em vista que o nativo, após convertido, teria possibilidade de retornar ao seio da igreja, a partir da teoria da justificação e da graça.

⁶ Sermão do Santíssimo Sacramento.

⁷ Sermão do Espírito Santo

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Embora o convívio entre estas culturas viesse ocorrendo por um longo período, por cerca de dois séculos, os nativos mantinham sua identidade, forçando os jesuítas a buscarem outros meios para concretizar a conversão. Os nativos encontrariam ainda, no decorrer dos anos, outros meios de manutenção étnica, o que possibilitou a perpetuação de nações indígenas até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

ANCHIETA, José de. *O Auto de São Lourenço*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

ANCHIETA, Pe. Joseph de. *Doutrina Cristã: Catecismo Brasílico*. São Paulo: Loyola, 1992.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. *O Universo Imaginário dos Holandeses no Brasil Seiscentista: Um Estudo da Narrativa do Viajante Joan Nieuhof*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Assis-SP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.

DAHER, Andréa. A Viagem de Jean de Léry e a Missão de Claude D'abbeville no Brasil (séculos XVI e XVII). In: COSTIGANO, Lúcia Helena (Org.). *Diálogos da Conversão*. Campinas-SP: UNICAMP, 2005.

DAVIDSON, N. S. *A Contra Reforma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores: História dos Papas*. São Paulo, 1998.

FERNANDEZ, Arnesto. *Reforma: O Cristianismo e o Mundo (1500-2000)*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GREEN, V.H.H. *Renascimento e Reforma Luterana*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

LANCIANI, Giulia. O Maravilhoso como critério de diferenciação entre sistemas culturais. *Revista Brasileira de História: América, Américas*. São Paulo: Marco Zero, set.90/fev.91, v. 11, n 21.

LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo-RS: SINODAL, 2001.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. *A Restauração Portuguesa e partir do Discurso do Padre Antonio Vieira*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.



Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios*. Londrina: EDUEL, 1999.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PÉCORA, Alcir. Vieira, o Índio e o Corpo Místico. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PÉCORA, Alcir. *Vieira: retórica e teologia (um projeto de estudo)*. Estudos Portugueses e Africanos. Campinas: UNICAMP, 1985, nº 5.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TUCHMAN, Barbara W. *A Marcha da Insensatez: de Tróia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIEIRA, Padre Antonio. *Sermões*. v.15, Porto: Lello e Irmãos, 1951.

ZAGUENI, Guido. *A Idade Moderna: Curso da História da Igreja III*. São Paulo: Paulus, 1999.

Carlos Jeremias Klein⁸

RESUMO:

Este artigo trata da escatologia cristã, principalmente de algumas correntes como a escatologia consequente de Johannes Weiss e Albert Schweitzer; existencial de Rudolf Bultmann; realizada, de Charles Dodd e da História da Salvação, de Oscar Culmann, bem como das principais teorias a respeito do destino humano, a saber, a restauração universal, o duplo destino e o aniquilacionismo dos réprobos.

PALAVRAS CHAVES: Escatologia, Reino de Deus, Trindade, Juízo Final

ABSTRACT:

This article deals with the Christian Eschatology, mainly the currents studies by Johannes Weiss and Albert Schweitzer as the Consequent Eschatology, Rudolf Bultmann as Existential, Charles Dodd as Realized, and Oscar Cullmann as Salvation History. It also describes about the main theories about humankind destiny: universal restoration, double destination and annihilation of reprobates.

KEY WORDS: Eschatology, Kingdom of God, Trinity, Final Judgment

INTRODUÇÃO

A palavra grega “éschatos” significa “último” e “éschata”, “últimas coisas”. O termo “escatologia” começou a ser utilizado no século XIX.

A Escatologia “trata do sentido e da finalidade do homem, da história e do cosmo. A dimensão escatológica apresenta-se qual estrutura dinâmica do

⁸ Mestre e Doutor em Ciências da Religião, área de Teologia e História, pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor no Curso de Teologia do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

próprio ser histórico do homem que o impele e o liberta para um destino transcendente”.⁹ O autor da Carta aos Hebreus relaciona a fé e a esperança dos cristãos: “A fé nos leva a possuir aquilo ainda esperamos; dá-nos a certeza daquilo que ainda não vemos” (Hb 11,1).

1. ALGUMAS CORRENTES DA ESCATOLOGIA SOBRE A MENSAGEM DE JESUS

João Batista anunciava um juízo iminente (Mt 3,7, 10-12, Mc 1,4-8). Quando João foi encarcerado, Jesus começou a pregar na Galiléia: “O tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo, convertei-vos e crede no Evangelho”(Mc 1,15).

Eliseu Torón observa que “Jesus realiza uma mudança radical na mensagem do reino, em comparação com João. Omite, deixa de lado o juízo de Deus como ira vindoura, como ameaça escatológica... e, ao invés, anuncia em primeiro plano o Reino de Deus, isto é, a graça, o amor e o perdão escatológicos aos pecadores já desde agora... Por isso começa com as bem-aventuranças”.¹⁰

1.1. Escatologia Consequente ou Consistente

Para os representantes dessa corrente, como Johannes Weiss, Albert Schweitzer e M. Werner, “Jesus não proclamou o reino de Deus como presente, mas para o futuro imediato, ainda para o tempo de sua atividade terrena, ou para o tempo imediatamente posterior à sua morte”.¹¹

Para Albert Schweitzer (1875-1965), Jesus esperava o fim em sua vida (cf. Mateus 20,23) ou no máximo em sua morte. Schweitzer comenta o pensamento de Johannes Weiss:

⁹ Tourón, Eliseu. “Escatologia”, in *Dicionário Teológico o Deus cristão*, 1988, p. 265.

¹⁰ Tourón, Eliseu, Op. Cit., p. 266.

¹¹ Schnackenburg, R. “Reino de Deus”, in *Dicionário de teologia bíblica* (Bauer, J. B., org), 1988, p. 953.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Todas as idéias modernas, ele insiste, mesmo em suas formas mais sutis, precisam ser inutilizadas quanto a esta questão; quando esta é feita, nós chegaremos ao Reino de Deus que é inteiramente futuro; como está profundamente implícito na oração do Senhor, 'venha o vosso Reino'... Está presente pode-se dizer apenas como uma nuvem que lança sua sombra sobre a terra, esta proximidade, pode-se dizer, é reconhecida pela paralisia do reino de Satanás.¹²

1.2 Escatologia Existencial

Para Rudolf Bultmann (1884-1976), Jesus é o “profeta escatológico da decisão final, que convida o homem para crer e converter-se diante da manifestação última da vontade salvífica de Deus”.¹³ Bultmann entende a comunidade cristã primitiva como comunidade escatológica: “Tanto Paulo quanto a tradição sinótica são testemunhos de que a comunidade primitiva se considera a comunidade do tempo final. No dito de Mt 16,8s, colocado na boca de Jesus pela comunidade, o grupo dos discípulos de Jesus é denominado de a” comunidade” cujo líder possui a chave do reino dos céus, e que, portanto, é como o vestíbulo do reinado de Deus a se estabelecer em breve”.¹⁴

Bultmann afirma que tal como Jesus “havia exigido a decisão por sua pessoa como portador da Palavra de Deus, agora a comunidade tomou esta decisão... A decisão em favor do envio de Jesus... teve que ser tomada novamente e de modo radical em consequência da crucificação de Jesus... A comunidade teve que superar o escândalo da cruz e o fez pela fé pascal”.¹⁵ Face à perspectiva de Bultmann, pode-se levantar a questão: “Até que ponto a palavra de Deus no evento-Cristo deve ser interpretada de maneira existencial pura?”¹⁶

1.3 Escatologia Realizada

¹² Schweitzer, Albert. *A busca do Jesus histórico*, 2003, p. 283.

¹³ Tourón, Eliseo, Op. cit., p. 266.

¹⁴ Bultmann, Rudolf, *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Teológica, 2004, p. 79.

¹⁵ *Ibidem*, p. 86-87.

¹⁶ Asveld, Paul. “Demitização”, in *Dicionário de Teologia Bíblica – Bauer*, p. 272.

Os teólogos dessa corrente afirmam que o Reino de Deus está totalmente presente, “colocando, porém, sempre os homens diante de novas opções”.¹⁷ O representante principal foi o teólogo Charles Harold Dodd (1884-1973): “a nova era já está aqui, Deus estabeleceu o seu reino. O conceito mitológico do Dia do Senhor foi transferido para um evento histórico específico que já ocorreu, ou, na realidade, a uma série de eventos – o ministério, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo”.¹⁸

1.4 Escatologia de Cullmann

Oscar Cullmann (+1999) é o teólogo da História da Salvação, cujo centro foi o ministério, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. O tempo final já irrompeu no Evento Cristo, mas ainda não se consumou na História. Cullmann questionou a clássica interpretação da imortalidade da alma, que exigia a idéia de um tempo intermediário entre a morte e a ressurreição do ser humano. Entendeu que a idéia da imortalidade da alma não tem fundamentação bíblica, mas na filosofia grega, mais precisamente, no platonismo.

2. O ESPÍRITO SANTO E A ESCATOLOGIA EM PAULO

“O Cristo pascal é o Cristo parusíaco pascal, morto e ressuscitado, é o centro e o fundamento da fé-esperança-amor teologal do evangelho paulino e apostólico”.¹⁹ Os textos que embasam esta afirmação são 1 Ts 1,10; 4,14; 1 Cor 15,1-8, 20; Rm 1,12; Ef 1,20; 2Tm 2,8).

¹⁷ Schnackenburg, R. “Reino de Deus”, in *Dicionário de Teologia Bíblica* (Bauer, J. B, org), 1988, p. 953.

¹⁸ Apud Luiz Antonio Ferraz, *Escatologia*, São Paulo, 1995. Disponível em www.scribd.com/doc, acesso em 28.08.2009.

¹⁹ Tourón, Eliseo. Op. Cit., p. 268.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Os textos de Paulo sobre a ressurreição final são muitos, principalmente 1Ts 4 e 1 Cor 15. “A diferença entre Paulo e a apocalíptica judaica é que em Paulo o éon do futuro e novo da graça e do perdão de Deus em Cristo já se antecipou e irrompeu em nós por seu Espírito”.²⁰ A ressurreição de Jesus inaugura a nova era, porém ainda subsistem realidades do velho mundo (2Cor 4,4, Ef 2,2). Deus, em Cristo nos transporta para o reino de seu Filho (cf Rm 14,17; Cl 1,13). “A ressurreição de Jesus constituído Filho e Kyrios em poder é para Paulo a obra escatológica do Espírito criador e vivificador de Deus Pai: ‘constituído Filho de Deus em poder pela ressurreição dos mortos, segundo o Espírito de santidade – Rm 1,4.’²¹

3. ESCATOLOGIA DE JOÃO

A partir de Bultmann e Dodd a escatologia de João representou uma grande inovação escatológica (desmitologização, escatologia existencial e escatologia realizada, respectivamente). “A vida eterna, equivalente ao Reino de Deus pregado por Jesus e descrito nos sinóticos, é realidade escatológica no Evangelho de João, de que já goza a comunidade dos crentes, que neste mundo amam Jesus, como o Filho e Deus como seu Pai (Jo 3,5; 6,54). O fator vitalizante na vida eterna do cristão é o Espírito (6,63; 7,38s). Pressupõe a páscoa de Jesus e sua ascensão ao Pai (7,39; 16,7; 19,30; 20,22).²²

4. A TRINDADE COMO MISTÉRIO ESCATOLÓGICO NO PLANO DA REVELAÇÃO E DA ADORAÇÃO

No plano da revelação, a Trindade pode ser considerada como o acontecimento escatológico-revelatório de Deus na história a partir da páscoa de Jesus. A páscoa culmina na Trindade, como história da revelação de

²⁰ Ibidem, p. 269.

²¹ Ibidem, p. 270.

²² Tourón, Eliseo, Op. Cit., p. 271.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Deus”.²³ “Deus (Pai) o ressuscitou dos mortos. Sentou-se à direita do Pai e foi constituído o Kyrios, como todo poder no céu e na terra. É conjuntamente glorificado com o Pai e virá julgar vivos e mortos no fim da história. Constituído Kyrios, tem poder para enviar o Espírito Santo, do seio do Pai, para que seja ‘o outro Paráclitos’” (João 14,16).²⁴

No plano da adoração, o louvor e as ações de graças, “de um lado, levam ao ápice a experiência salvífica da Trindade (Trindade econômica) e, de outro, expressam melhor a Trindade tal como ela é (Trindade imanente).”, observa Tourón. “A doxologia da liturgia celeste, de que a Igreja da terra participa, é dirigida a Deus que é Pai... No entanto, ela se concentra no Cristo Ressuscitado, que o é Cordeiro degolado, o único que pode abrir o livro dos sete selos... E toda esta liturgia celeste se realiza diante das sete lâmpadas ardentes do Espírito de Deus (Ap 4,5)”.²⁵

5. TRINDADE E JUÍZO. SALVAÇÃO E POSSÍVEL CONDENAÇÃO DOS HOMENS

Israel experimentou a justiça e a misericórdia de Deus na história. “Esta graça da aliança que traz consigo bênçãos, porém poderia atrair maldições, passava pela mediação da torah. Mediante a aliança e a torah, juntamente com o culto, lahweh formava a personalidade e a responsabilidade de seu povo: povo de Deus, povo da aliança: ‘Olha eu ponho hoje diante de ti vida e felicidade, morte e infelicidade... Coloco diante de ti vida e morte, Bênção ou maldição. Escolhe a vida para que vivas, tu e tua descendência, amando lahweh, teu Deus’ (Dt 30,15-16, 19-20). Os profetas anunciam o “Dia de lahweh” (Am 5,17; Ez 22,24; Jr 31,5-7; MI 3,19-23)... Mostra a dupla face do juízo escatológico de Deus, encerra salvação e castigo. Primeiro para Israel, depois para as nações.²⁶ Para Eliseo Tourón,

²³ Tourón, Eliseo, Op. Cit., p. 274.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem, p. 276.

Jesus inova, porque ele próprio representa este juízo escatológico da salvação de Deus: “Deus não enviou seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (João 3,17)... Jesus vem como o Filho, “o Amado” no batismo, no qual ocorre a teofania trinitária (cf Mc 1,9-11 par). Por isso anuncia a chegada iminente do RD (Mc 1,15; Mt 4,17,23, Lc 17,21)... O juízo de Deus em Jesus supõe subversão da história. É proclamado nas bem-aventuranças, nas palavras-ações-sinais do Reino... comer com os pecadores públicos e prostitutas e de, nesses encontros-refeição proclamar: há mais alegria no céu por um pecador que se converte do que por noventa e nove justos (Lc 15,7, 10).²⁷

Surge a questão: Se Deus em Cristo nos perdoa e reconcilia, há possibilidade de condenação? Se o Deus de Jesus não condena, a responsabilidade é do ser humano, do uso de sua liberdade: “Quem crê nele não é julgado; mas quem não crê já está julgado no nome do Filho único de Deus” (João 3,18).

6. ALGUMAS CORRENTES ESCATOLÓGICAS SOBRE O DESTINO FINAL

6.1 Apokatástasis panton

É a doutrina da restauração final de todas as coisas, que encontra ponto de apoio bíblico em passagens como Atos 3,21 e Colossenses 1,20. Foi proposta por Orígenes, no século III, como hipótese teológica. Assim, as penas seriam temporais. Karl Barth e Karl Rahner “ambos dizem que ninguém pode obrigar Deus... a salvar os que livremente quiserem correr o risco da condenação eterna e nisso se obstinaram. No entanto, também nada sabemos a propósito de até onde chega e como se exerce a soberana misericórdia de nosso Deus”.²⁸

²⁷ Ibidem, p. 277.

²⁸ Ibidem, p. 278.

6.2 Duplo destino eterno. Salvação e condenação

O texto mais referido pelos defensores desta corrente é o de Mateus 25,31-46, do grande julgamento, que termina com a sentença: “Estes irão para o suplício eterno, mas os justos para a vida eterna”.

Esse posicionamento aparece no ano 537, sob o imperador Justiniano e o papa Vigilio, no último dos cânones contra Orígenes (Can. 9): “Se alguém diz ou sente que o castigo dos demônios e dos homens ímpios é temporal e que em algum momento terá fim, ou que se dará a reintegração dos demônios e dos homens ímpios, seja anátema”.²⁹ Na atualidade, a *Doutrina Cristã Ortodoxa*, de Jerzy Berkman Karenin, cita Mateus 25, 34 e 41 e comenta que no Juízo Final Nosso Senhor Jesus Cristo “propiciará o paraíso celeste aos bons e justos, arremessando os maus para o inferno”.³⁰ O Catecismo da Igreja Católica reza: “O ensinamento da Igreja afirma a existência e a eternidade do inferno. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente depois da morte aos infernos, onde sofrem as penas do inferno, ‘o fogo eterno’. A pena principal do Inferno consiste na separação eterna de Deus, o Único em que o homem pode ter a vida e a felicidade para as quais foi criado e às quais aspira”.³¹ No entanto, Joseph Ratzinger (papa Bento XVI) lembra que “Cristo não distribui perdição a ninguém, ele mesmo é pura redenção, e quem está junto dele, está no espaço da redenção e da salvação. A sentença da desgraça não é proferida por ele, mas ela prevalece onde o ser humano permaneceu longe dele, ela surge pela persistência no que é próprio”.³²

Os documentos confessionais do protestantismo também se referem ao duplo destino. A Confissão de Augusburgo, de 1530, luterana, em seu Artigo XVII, reza: “Também se ensina que nosso Senhor Jesus Cristo voltará no

²⁹ Denzinger, Enrique. *El Magistério de la Iglesia*, 1963, p. 78.

³⁰ Karenin, Jerzy Berkman, *Doutrina Cristã Ortodoxa*, 1957, p. 115.

³¹ *Catecismo da Igreja Católica*, 1993, p. 249.

³² Ratzinger, Joseph, Apud Pannenberg, Wolfhart. *Teologia Sistemática III*, 2009, p. 802.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

último dia para julgar, e que ressuscitará todos os mortos, dará aos crentes e eleitos a vida e alegria eternas, porém condenará os homens ímpios e os demônios ao inferno e castigo eterno”.³³ A Confissão de Fé de Westminster, padrão doutrinário da maioria das Igrejas presbiterianas no mundo, em seu capítulo 32, item 2, afirma: “(...) os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados em eternos tormentos e punidos com a destruição eterna da presença do Senhor e da glória do seu poder”.³⁴

A chamada “Questão doutrinária”, que agitou a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), de 1938 a 1942, tinha como ponto principal a teoria das “penas eternas”. Em 1940 um pequeno grupo, insatisfeito com o rumo das decisões conciliares, desligou-se da IPIB, organizando a Igreja Presbiteriana Conservadora. Em 1942, um grupo liberal também deixou a IPIB, organizando a Igreja Cristã de São Paulo. Um dos líderes desse grupo, o pastor Othoniel Motta [um dos organizadores da IPIB em 1903], adotou a corrente escatológica aniquilacionista.

6.3 Salvação eterna dos eleitos e aniquilamento dos réprobos

O famoso teólogo evangelical John Stott declarou: “Eu acho o conceito de tormento consciente eterno emocionalmente intolerável e não compreendo como as pessoas conseguem conviver com isso sem cauterizar seus sentimentos e esfacelá-los com a tensão. Mas as nossas emoções são um guia instável, não confiável para nos conduzir à verdade e não devem ser exaltadas ao lugar de suprema autoridade em determiná-la”.³⁵ A questão, portanto, deve ser analisada à luz da Bíblia, e Stott comenta: “a aniquilação final do ímpio

³³ Confissão de Augsburgo, *Livro de Concórdia*, Sinodal/Concórdia, 1980, p. 35.

³⁴ A Confissão de Fé de Westminster. Livro de Confissões. São Paulo, Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969, 6.166.

³⁵ Edwards, David L. & Stott, John. *Essentials*. London, Hodder & Stoughton, 1988, p. 313-320.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

deveria ser aceita como uma alternativa legítima e bíblicamente fundamentada para o eterno e consciente tormento”.³⁶

Os defensores dessa corrente, em geral, referem-se à “imortalidade condicional”, ou seja, a vida eterna vincula-se à salvação: “Pois tanto amou Deus ao mundo, que entregou seu Filho único, a fim de que todo aquele que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna” (João 3,16).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autor deixou para outro artigo pontos da Escatologia como a ressurreição geral, o chamado “Estado intermediário”, que inclui a tese do purgatório, e os movimentos milenaristas na História da Igreja. Quanto às correntes escatológicas populares nos protestantismos norte-americano e brasileiro, como o pré-milenismo histórico e o dispensacionalismo, embora de certo modo tenham surgido a partir da primeira metade do século XIX, suas raízes são mais antigas, nas teorias quiliastas. Calvino assim se expressou: “Pouco depois surgiram os quiliastas, que assinalaram ao reino de Cristo mil anos. Este desvario é tão pueril que não merece resposta”.³⁷

Relativamente às correntes escatológicas sobre o destino final, Gustaf Aulén observa: “Um exame mais detido dessa idéia [aniquilação dos ímpios] mostrará que não passa duma variação da teoria do duplo destino”.³⁸ Prossegue, Aulén, afirmando que a fé cristã deve rejeitar tanto o ponto de partida dualista do duplo destino, quanto o da *apokatastasis*: “O que deve fazer, ao invés disso, é considerar a dupla possibilidade baseada no conceito cristão da relação entre Deus e o homem e a natureza da idéia cristã de Deus. A perspectiva da fé com respeito àquilo que está além da linha divisória assinala-se, portanto, por uma dialética carregada de tensão”.³⁹

³⁶ APUD James I. Packer, *Reconsiderando o aniquilacionismo evangélico*, p. 320-339.

³⁷ Calvino, Juan. *Institución de la religión cristiana*, 1968, p. 788.

³⁸ Aulén, *A fé cristã*, 1965, p. 156.

³⁹ *Ibidem*, p. 155-156.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULÉN, Gustaf. *A fé cristã*. São Paulo: ASTE, 1965.

BULTMANN, Rudolf. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2004.

CALVINO, J. *Institución de la Religión Cristiana*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1968.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis - São Paulo: Vozes, Paulinas, Loyola e Ave-Maria, 1993.

CONFISSÃO DE AUGSBURGO, in *Livro de Concórdia*, São Leopoldo - Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1980.

DENZINGER, Enriques. *El Magistério de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1963.

DICIONÁRIO TEOLÓGICO O DEUS CRISTÃO, São Paulo: Paulus, 1988.

DICIONÁRIO DE TEOLOGIA BÍBLICA – BAUER, São Paulo: Loyola, 1988.

EDWARDS, David L., & STOTT, John. *Essentials*. London: Hodder & Stoughton, 1988.

KARENIN, Jerzy Bekman. *Doutrina Cristã Ortodoxa*. São Paulo: Santa Igreja Grego-Ortodoxa do Brasil, 1957.

LIVRO DE CONFISSÕES. São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969.

NOVO TESTAMENTO. São Paulo: Editora Herder, 1970.

PACKER, James I. *Reconsiderando o aniquilacionismo evangélico. Uma análise do pensamento de John Stott sobre a não-existência do inferno*. Disponível em: <www.scribd.com/doc>. Acesso em: 31 Ago. 2009.

PANNENBERG, Wolfhart. *Teologia Sistemática III*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2009.

SCHNACKENBURG, R. "Reino de Deus". In *Dicionário de teologia bíblica*, Org. Bauer, Johannes B. São Paulo: Loyola, 1988.

SCHWEITZER, Albert. *A busca do Jesus histórico*. São Paulo: Novo Século, 2003.

Prof^a Dr^a Valéria M^a B. Motta dos Santos⁴⁰

RESUMO:

Este artigo objetiva entender e refletir sobre as propostas de adoração encontradas nas igrejas cristãs da atualidade, observando a partir da Palavra de Deus as inovações e possíveis desvios que possam surgir. Pretende-se com esta reflexão delinear novas formas de conduzir os espaços cúlticos, buscando alternativas que incorporem para que a adoração seja fruto de um compromisso profundo com Deus e um estilo de vida, permeado pelo Espírito Santo que nos impulsiona a adorá-lo em Espírito e Verdade.

PALAVRAS CHAVES: Adoração, Ética, Adoradores, Liturgia, Culto.

ABSTRACT:

This article aims to understand and reflect on the proposals of worship found in Christian churches today, in connection with the Word of God to observe the innovations and possible deviations that may arise. The intention of this discussion is to outline new ways of conducting cultic spaces, seeking alternatives to incorporate that worship as the result of a deep commitment to God and a lifestyle, permeated by the Holy Spirit that drives us to worship him in Spirit and in Truth.

KEYWORDS: Worship, Ethics, Worshippers, Liturgy, Worship.

INTRODUÇÃO

⁴⁰Graduada em Teologia, Especialista em Aconselhamento Familiar e Cuidado Pastoral, Mestre em Ciências da Religião, Doutora em Teologia, professora do Curso de Teologia da Unifil, Coordenadora da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unifil.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Nos dias atuais a igreja tem sido encharcada por um movimento de adoração denominado “adoradores apaixonados”, que dizem ser a geração de adoradores chamados a corresponder àquilo que o Senhor tem de melhor para a sua igreja. Diante de algumas atitudes expressas pela nova geração de adoradores, fica difícil distinguir o que realmente o Senhor deseja nos falar, através do conclamar de Jesus no texto de João 4:23: “Mas vem a hora e já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque são estes que o Pai procura para seus adoradores”.

Enquanto se discute se essa geração está certa ou errada na sua forma de agir, se o tempo é esse, se temos que modificar as nossas liturgias, adaptando-as a uma nova realidade, surge no nosso coração à preocupação pelo que realmente precisa ser refletido, ou seja, o que fazemos para que as nossas igrejas cresçam na adoração ao Senhor com toda a sua potencialidade. É a partir desse ponto que faremos uma releitura das nossas práticas, sem confundir o que precisa ser incorporado nas nossas liturgias e sem ferir os princípios éticos e bíblicos.

REFLETINDO SOBRE AS NOSSAS PRÁTICAS

Torna-se dificultoso o processo de nos examinarmos diante da problemática levantada porque geralmente teremos que abrir mãos das nossas vontades, pontos de vista e visões da obra de Deus. A resposta para o desenvolvimento da adoração começa numa atitude humilde de querer acima de tudo que o Espírito de Deus nos ilumine e mostre que o centro da adoração não somos nós mesmos, mas o Senhor. “Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre! Amém.” diz Romanos 11:36. Mas, o que realmente temos visto? Será que a glória tem sido realmente para o Senhor? O termômetro que distingue o real do aparente são as motivações, já que existem muitas pessoas que se achegam diante da presença de Deus com o sentimento de que por ser filho ou filha, são merecedores de todas as bênçãos materiais e espirituais. Sousa (1996) no leva a refletir ao afirmar:

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

[...] São poucos aqueles que, apesar de não terem nada de concreto para apresentar como prova de sua filiação sente-se seguros apenas no fato de que são filhos de Deus porque Deus, o Pai, decidiu adotá-los.

[...] Refletir sobre a espiritualidade é buscar as motivações mais secretas do nosso relacionamento com Deus e encontrar uma teologia consistente com este relacionamento. É discernir o lugar de Deus no coração e na experiência vivida por nós.

[...] É discernir o nosso coração quando todos os outros estímulos exteriores e mesmo nossa teologia já não oferecem mais o motivo da nossa integridade e amizade com Deus. Quando tudo o que resta sou eu, com minha nudez, e Deus com sua glória e amor. (SOUSA, 2003, p.51)

Quando nos dispomos diante de Deus para oferecer um culto agradável diante da sua presença, temos que nos conscientizar que a celebração cúltica envolve vários processos. Ao observar algumas definições, encontramos com clareza alguns elementos bem expressos no seu conteúdo, conforme nos diz Amorese (1997):

A liturgia de uma cerimônia religiosa define-se como a forma de celebração de um amplo conjunto simbólico, no caso, o evangelho. Não é possível celebrar algum conteúdo sem uma forma. A forma sem conteúdo, em certo sentido, pode existir, mas não o contrário. Um conjunto de ritos, um ritual, expressa um período completo de sentido. Desta maneira, um culto é um ritual, pois se destina a celebrar, de forma mais ou menos abrangente, o patrimônio simbólico do evangelho. (AMORESE, 1997, p.72)

Para que entendamos o significado da adoração no culto e não estejamos infringindo nenhum ponto, podemos dizer que o conteúdo e a forma são muito importantes para que a expressão da nossa adoração seja refletida da maneira como realmente desejamos nos expressar. Este conteúdo não pode fugir do que a própria Palavra de Deus determina: um culto racional, conforme indicado por Paulo em Romanos 12. Mas se observarmos ao longo da história, a forma foi adquirindo significados que estão intimamente ligados ao que o povo vive e busca. O sentido na verdade, nada mais é que o resultado daquilo que elaboramos dentro das nossas liturgias e que podem fazer com que esse ritual seja repleto de significados

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

celebrativos que nos impulsionam a entender o evangelho de uma forma prática. Todavia, ainda existem no campo da fé muitas experiências que aparentemente não tem sentido e nem significado, a não ser para aquele que a vivencia e isto tem confundido muito o processo de adoração para aqueles que tentam entender esta contextualização.

O conjunto simbólico desenvolvido pelo evangelho é rico e extenso, porque envolve toda a nossa vida e todas as nossas vidas, não podendo ser esgotado em uma única celebração – mesmo que seja repetida muitas vezes. Por este motivo, uma liturgia “fossilizada” prejudica a celebração do evangelho como um rico patrimônio simbólico, havendo-se que eleger, forçosamente, ritos e significados da predileção dos oficiantes que originalmente a conceberam, em detrimento da riqueza e abrangência disponíveis e das necessidades concretas de expressão dos fiéis.⁴¹

Amorese nos faz refletir num dos pontos mais contundentes em relação a liturgia quando diz que, a fossilização da liturgia prejudica a proclamação do evangelho. Mas, será que o “antigo”⁴² não é mais válido nos nossos dias? Encontramos Igrejas que praticam liturgias que aparentemente são ultrapassadas, mas que nos eleva diante da presença de Deus com um vigor espiritual profundo e outras que, colocam ritmos e dinâmicas elaboradas com tecnologia de ponta, mas que ao sair do recinto do culto, estamos famintos por um mover do Espírito e vice-versa. Podemos entender então que o culto de adoração deverá ser conduzido a Deus, fazendo com que a participação daqueles que estão juntos na celebração seja o fruto espontâneo da vida que o Espírito gerou no seu interior e que a redação elaborada anteriormente através da liturgia preparada, não seja literalmente validada, por causa da criatividade que o próprio Deus de amor expressa nessa troca com os seus adoradores. Nesse caso, sim, podemos dizer que os adoradores apaixonados deverão ser imitados pela sua liberdade de expressão.

ENTENDENDO O LUGAR DA ÉTICA NA ADORAÇÃO

⁴¹ Amorese, p. 74.

⁴² O itálico é da autora.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Faz-se necessário entender um pouco mais sobre a questão, conceituando sobre uma questão: E a ética, onde fica neste caso? O Pr. Antonio Gilberto(2012)⁴³, nos dá uma definição interessante sobre ética cristã:

Há dois célebres textos que falam da ética cristã no culto: “Guarda o teu pé, quando entrares na casa de Deus; e inclina-te mais a ouvir do que a oferecer sacrifícios de tolos”, Ec 5.1; “Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade”, Jo 4.24. Ética é a ciência que nos ensina sobre o que somos obrigados a fazer, o que somos permitidos fazer e o que somos proibidos de fazer. Em suma, é a ciência que trata dos nossos deveres para com Deus, para com o próximo e para conosco mesmos. Apliquemos esses princípios no campo espiritual relacionado com o culto divino realizado no templo, ou seja onde for, e teremos um culto cristão de qualidade.

Sempre houve culto no mundo e este sempre teve uma forma que servisse à sua expressão, comunicação e celebração. A forma do culto cristão, portanto, nada mais é que um conjunto de ritos ordenados, a fim de dar expressão ao conteúdo semântico originário de sua mensagem. Devemos nos preocupar com os sentidos que temos dado nas nossas liturgias e priorizarmos a qualidade, mas principalmente entendermos que o culto não é celebrado para nós mesmos, mas para o Senhor, portanto, é a Ele que devemos agradar.⁴⁴

Quando refletirmos nestes questionamentos, entendemos com mais clareza uma pergunta que tem surgido no meio da Igreja em relação à adoração que temos produzido: o que as nossas igrejas têm permitido expressar através das liturgias que elaboram? Os frequentadores dos nossos cultos têm sido impactados e envolvidos nessa adoração, ou simplesmente temos produzido apenas barulho sem conteúdo?⁴⁵ O que temos visto hoje: culto ou show? Ao lermos o profeta Amós 5:21 a 23,

⁴³ Encontramos a afirmação no site:
[http://www.cpadnews.com.br/blog/antoniogilberto/?POST_1_42_%C9TICA+CRIST%E3+NO+CULTO+\(PARTE+I\).html](http://www.cpadnews.com.br/blog/antoniogilberto/?POST_1_42_%C9TICA+CRIST%E3+NO+CULTO+(PARTE+I).html)

⁴⁴ Amorese, p. 74.

⁴⁵ O itálico é da autora.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

aprendemos o que realmente Deus sente diante de celebrações que são feitas sem o sentido real exigido pelo evangelho, conforme segue:

Aborreço, desprezo as vossas festas e com as vossas assembleias solenes não tenho nenhum prazer. E, ainda que me ofereçais holocaustos e vossas ofertas de manjares, não me agradarei deles, nem atentarei para as ofertas pacíficas de vossos animais cevados. Afasta de mim o estrépito dos teus cânticos, porque não ouvirei as melodias das tuas liras.

Temos visto muita celebração, porém sem uma ação concreta daquilo que oferecemos através dos cânticos, orações e rituais. Não somos capazes de romper com algumas barreiras físicas para encontrar no outro o real significado do evangelho, pois não conseguimos repartir dentro das nossas liturgias as nossas experiências, o nosso amor, o nosso aconchego, a nossa vida... Ficamos muitas vezes dentro dos nossos êxtases espirituais, solitários e cheios de experiências, mas ao nos encontrarmos com os outros, estamos tão cheios que não conseguimos ouvir, compreender e compartilhar o que recebemos, porque queremos que todos se encaixem no nosso ritmo e se alguém questiona as nossas práticas, achamos que os mesmos estão aquém do patamar que alcançamos.

Puro engano! Quando temos um encontro com o Senhor, somos impactados como Isaías foi no capítulo 6 do seu livro. O encontro nos remete a três visões: Contemplo um Deus santo que me aceita independente das minhas mazelas, reencontro-me com a minha situação de ser humano pecador e digno de misericórdia e somente assim consigo ver um mundo perdido que necessita do fruto da minha entrega. É preciso entender que o culto é muito mais que uma reunião e que as etapas apresentadas durante o decorrer dele não têm significado se não forem rompidas para que a satisfação não se torne apenas pessoal, mas que atinja toda a comunidade.

Se a nossa adoração não estiver gerando em nós um compromisso ético com a sociedade, reavaliemos as nossas práticas cúlticas, pois o resultado final geralmente acontece como reflexo das nossas mais íntimas aspirações pessoais que passam pelos nossos momentos de busca e entrega. Fica para nós o desafio de respeitar o

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

próximo e entender que, o calor das relações de troca entre Deus e os seus filhos sobrepõem nossas maiores intenções e pretensões de limitar aquilo que denominamos adoração. Não são as fórmulas e formas que determinarão o que devemos fazer, mas a predisposição de adorar juntos e respeitar o espaço que não é meu, mas é do todo que compõe o Corpo de Cristo e que é administrado pelo Espírito Santo de Deus. Ele é que determina o clima especial que irá acontecer nos nossos cultos racionais! O respeito está intimamente ligado à ética e quando respeitamos, demonstramos que o nosso Deus habita conosco, ordenando a bênção e a vida para sempre.

Se considerarmos o momento do culto, isolado da dinâmica administrativa da igreja, diremos que só há dois papéis: o do artista e o da plateia. O artista é aquele que cultua o Senhor. E plateia é o próprio Senhor. O resto é mobília. Mesmo que de carne e osso. Não há plateia humana na verdadeira adoração. Todos são chamados a ser artistas. (AMORESE, 1997, p. 81)

Amorese nos alerta para um ponto importante, ao falar sobre o culto, ao dizer que devemos ser participantes do grande espetáculo celebrativo ao nosso Deus. Com isto, ele está nos confrontando sobre a participação de todos como adoradores, o que nos leva a pensar nos líderes que conduzem o culto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que propostas para uma adoração envolvente e ética poderiam ser pensadas a partir dos questionamentos feitos neste texto?

Devemos primeiramente entender que adoração é um compromisso que temos com o nosso Deus, autor de todas as coisas, através do amor que temos por ele. A base da adoração é amor porque ninguém adora àquele que não ama. O amor reverencia, respeita, abre mão dos seus interesses em detrimento do outro, é

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

submisso, tolerante e disposto a tudo. Se entendermos o princípio do amor, o nosso compromisso diante de Deus vai ser diferente, porque não iremos para receber em troca alguma coisa, mas para dar-nos diante dele como aquela mulher que não se importou de quebrar o vaso de alabastro e ungir os pés de Jesus, independente do que os outros pensavam.

Consequentemente, adoração é um compromisso que assumo com o meu próximo, que participará comigo para o engrandecimento do nome do Senhor sobre a terra. A adoração pode ser num momento íntimo, mas quando temos a visão certa da adoração, alegramo-nos em compartilhar juntos da mesma mesa, incluindo todos num mesmo projeto: o de adorar ao Cordeiro que se encontra no Templo. O Senhor quer receber a nossa adoração com exclusividade e o nosso desempenho deverá sempre ser desenvolvido com o único objetivo de agradá-lo. Ele quer que ofereçamos o melhor que temos diante do seu altar e não restos e sobras. Esse trabalho poderá ser administrado no nosso lugar secreto, mas também poderá fazer parte de um conjunto de pessoas que entendem que é importante que os nossos dons e ministérios sejam desenvolvidos na coletividade e nessa diversidade, o Espírito possa encontrar lugar para aquecer os corações.

Em terceiro lugar, devemos ir ao encontro da sociedade. Se quisermos ver os nossos cultos pessoais transformados e encharcados por uma atmosfera celestial, devemos assumir a roupagem de servos que transformam eticamente a nossa sociedade, assumindo o compromisso de levar libertação aos pobres e oprimidos, fazendo com que um novo cântico venha soar das nossas bocas, transformando o ambiente que adentramos num verdadeiro mover de louvor e adoração. Mas, o que temos presenciado? Pessoas que se dizem adoradoras ficando dentro de guetos espirituais, afastando-se cada vez mais daquelas que precisam de uma palavra transformadora de Boas Novas.

Gostaríamos de finalizar nossa reflexão com um texto escrito por Nelson Bomilcar⁴⁶, um dos nossos ministros de louvor mais influente, que nos leva a entender o que realmente significa ser um adorador apaixonado por Jesus.

⁴⁶ Texto lido num folder de um Congresso de louvor e adoração, sem ter uma referência bibliográfica precisa, sendo apenas um comentário pessoal do autor.

Adoração é bem mais que cantar, tocar, dançar, louvar. Adoração reflete um estilo de vida em todas as áreas com as quais interagimos como pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus. Adoração, além da dimensão contemplativa e celebrativa, envolve nosso compromisso com os que sofrem e com os que vivem sem esperança.

Qual o resultado das nossas práticas cúlticas e adoração sem limite? O mundo tem esperado de nós ações concretas, fruto das nossas práticas. As pessoas estão com os olhos voltados para o sobrenatural e nunca houve um momento tão propício para que o ser humano se volte para o seu Criador. É tão grande o número de propostas espirituais em todas as esferas da nossa sociedade do século XXI, mas temos que entender que muitos que já estiveram dentro dos espaços eclesiais da igreja cristã, não estão hoje e não pretendem voltar, muitas vezes decepcionados com as incoerências entre o falar e o agir.

Que as nossas liturgias sejam levadas mais a sério, a fim de que possamos realmente ter atitudes éticas para com o nosso culto, modificando e refletindo naquilo que acontece a partir do encontro, desembocando numa esfera de amor e compartilhar que visa tão somente o alcance de perdidos e conseqüentemente, gerando uma nossa adoração em Espírito e Verdade, como nos convoca o Criador.

REFERÊNCIAS

AMORESE, Rubens M. *Celebração do Evangelho: compreendendo culto e liturgia*. Viçosa: Ultimato, 1997.

GILBERTO, Antonio. *Ética Cristã no Culto - Parte I*. Disponível em: <[http://www.cpadnews.com.br/blog/antoniogilberto/?POST_1_42_%C9TICA+CRIST%E3+NO+CULTO+\(PARTE+I\).html](http://www.cpadnews.com.br/blog/antoniogilberto/?POST_1_42_%C9TICA+CRIST%E3+NO+CULTO+(PARTE+I).html)>. Acessado em: 15 abr 2013.



Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

SOUSA, Ricardo Barbosa de. *O caminho do coração: ensaios sobre a trindade e a espiritualidade cristã*. Curitiba: Encontrão, 1996.

REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TEOLOGIA
REFLECTING ON THE RELATION BETWEEN EDUCATION AND THEOLOGY

Ênio Caldeira Pinto

RESUMO:

Este artigo trata da relação estreita entre teologia e educação como disciplinas integrantes da formação de pessoas. Ambas discutem o desenvolvimento humano dentro de contextos sociais a fim de promover a liberdade do indivíduo. Partindo de um pressuposto de educação libertadora, alinhada à teologia também libertadora, opta-se por um diálogo entre piedade (cumprimento de deveres) e de conhecimento (saber fazer) como conteúdos pedagógicos de atuação ministerial. Conclui-se que tais disciplinas são pertinentes na formação de cidadania e de autenticidade cristã.

PALAVRAS-CHAVE: educação, teologia, piedade, conhecimento, cidadania

ABSTRACT

This article narrowly deals with Theology and Education as contents to integrate people into real transformation. Both of them debate on the Human development into the social contexts in order to promote the individual freedom. Based on the Liberating Education approach and also a Liberation Theology, the current dialogue between piety (as fulfilling the personal duties) and knowledge (as how to do and make) are pedagogical content for ministry acting. For conclusion, these courses are relevant to integrate people into citizenship and Christian authenticity.

KEYWORDS: Education, Theology, Piety, Knowledge, Citizenship

INTRODUÇÃO

Parece estranho teologia e educação unirem-se para sustentar o pressuposto que ambas foram especulações da filosofia acerca da teoria do conhecimento⁴⁷. Não fosse a distancia temporal produzir em nós as

⁴⁷ BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. *The Blackwell Companion to Philosophy*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

reminiscências, as vãs imagens de pseudo lembranças, resta-nos agora viver a partir dos registros daqueles que ousaram interrogar o porquê das coisas.

Questionar é aptidão para os que sabem meditar, contemplar e refletir. Essa faculdade pertence aos audaciosos da história, aos pensadores da finitude existencial e aos mestres. Refletir sobre as quatro dimensões da ação narrativa (ter-que/querer-fazer, poder-fazer, dever-fazer e saber-fazer) é tarefa somente dos que lidam com a arte de construir vidas, aquela feitura de conduzir o ser humano para a vida em sociedade⁴⁸. Questionar é, ainda, a arte de tecer comentários⁴⁹, cujas críticas (do grego, *krivō*) estabelecerá os critérios para o julgamento correto⁵⁰. Criticar é poder responder os porquês e também colocar-nos no reto caminho. Perecemos porque não questionamos.

"Por que nasci?", "Quem é Deus?", "Para onde irei, se o fim é uma ilusão?"... Essas e muitas outras interrogações levam-nos a entender sobre o processo de ensino e de aprendizagem nos papéis de educador e teólogo⁵¹. Para mim, teologar é a capacidade de transmitir especificamente as vontades divinas para cada criatura de Deus. Para que isso aconteça, o teólogo deve ser capaz de: a) fazer a criatura interagir com o Criador e as demais coisas criadas, b) conscientizar integralmente a criatura sobre o processo de redenção, c) relacionar a reflexão bíblica e teológica com a eclesiologia missionária, e d) questionar as ações cristã-evangélicas individuais e institucionais, à luz de uma abordagem crítico-social com vistas à redenção de ambas.

Então, surge o papel do educador, aquele que irá conduzir a criatura ao conhecimento de Deus. Conduzir já indica-nos processo - algo que refletirá

⁴⁸ FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo Ática, 2002.

⁴⁹ COLASANTI, Marina. *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2000 (A ideia foi tirada do Texto "A Moça Tecelã", metáfora do "tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer").

⁵⁰ GINGRICH, Wilburg F. *Léxico do Novo Testamento Grego/Português*. São Paulo: Vida Nova, 1983.

⁵¹ JACINTO, Robinson. "Em busca da dialogicidade entre educação teológica e igreja". Texto disponível em http://www.ftl.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=146:em-busca-da-dialogicidade-entre-educacao-teologica-e-igreja&catid=35:artigos-online&Itemid=75 acessado em 20 de abril de 2013.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

sobre desenvolvimento, estágios, etapas, unidades epocais (ou temporais)⁵², abordagens, teorias, práticas, enfim percursos de acumulados de produção cognitiva, registro de práticas-experiências e fortuitos desafios de investigação.

Educar é levar o indivíduo ao pleno uso de suas habilidades para a cidadania, inserindo-o culturalmente ao contexto da globalização. É religar a criatura com o Criador e estabelecer definitivamente a consciência de cidadania celestial. Educar é promover o reino, cujos súditos guardam no coração os decretos divinos e os reproduzem a outrem. A arte de educar é para os que sabem sensivelmente produzir identidade no próximo, facilitando-lhe os níveis de conquistas e levando-o à liberdade⁵³.

Saber teologia não significa teologar. Saber educação não significa educar. Ambas são dons divinamente concedidos, cuja unicidade é prova de que o teólogo ensina e o educador faz teologia. Aprendi mais teologia com o educador Ruben Alves⁵⁴ do que quando o denominávamos teólogo. E também com o jornalista contemporâneo, Gilberto Dimenstein⁵⁵. E também com o crítico da modernidade e filósofo, Walter Benjamin⁵⁶. Além de Carlos Cipriano

⁵² FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Sou imenso devedor ao pensamento de Paulo Freire o entendimento acerca do que quero dizer aqui. No pensamento dele, a “unidade epocal”, representa a principal contradição da sociedade. No entanto, além desta temática universal, cada sociedade vive seus temas próprios, suas situações-limite. “Em círculo restrito, observaremos diversificações temáticas dentro de uma mesma sociedade, em áreas e sub-áreas [sic] como se divide, todas contudo, em relação com o todo de que participam, constituindo sub-unidades [sic] epocais. Em uma mesma unidade nacional mesma, encontraremos a contradição da ‘contemporaneidade do não coetâneo’” (p. 112)... “No núcleo das contradições, entre as quais se encontra a principal da sociedade, sua unidade epocal, no fundo, estas contradições se encontram constituindo situações-limite, envolvendo temas e apontando tarefas” (p. 125).

⁵³ GROOME, Thomas H. *Educação religiosa cristã: compartilhando nosso caso e visão*. São Paulo: Paulinas, 1985 e também o livro de FOWLER, James. *Os Estágios da Fé*, São Leopoldo, Sinodal, 1994. Ambos nos dão clara consciência do papel da educação cristã como promotora da liberdade do indivíduo enquanto caminho metodológico que conduz à cidadania.

⁵⁴ Alves, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982.

⁵⁵ Gilberto Dimenstein tem uma coluna no jornal Folha de São Paulo com excelentes reflexões sobre educação, além de outras áreas. (<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gilbertodimenstein/>)

⁵⁶ Não julgo Walter Benjami um educador, mas filósofo. Entretanto, foi a partir do seu texto *Sobre o Conceito de História*, que iniciei-me no estudo da *Teoria Crítica*, principalmente pelo estudo crítico da modernidade. Na minha graduação em Letras, participei de um projeto por dois anos e de lá para cá, a Teoria Crítica tem sido um dos meus manuais de educação.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Luckesi⁵⁷ e Saviani. E aprendi muito mais educação com Júlio Zabatiero⁵⁸, Danilo Streck⁵⁹, Gabriele Greggersen⁶⁰ e outros. Todos teólogos, mas também educadores. E há ainda os visionários, tais como: Carlos Eduardo Pereira⁶¹, Jonas Dias Martins⁶², Zaqueu de Melo⁶³ e Antonio Carlos Barro⁶⁴. Teólogos e educadores amam o mesmo ministério.

Portanto, pensar em fazer teologia é pensar em processo educacional. É querer conhecer as abordagens, os métodos, os objetivos, os recursos e os conteúdos. É também cogitar sobre o tempo cairótico desse processo, é estabelecer os avanços no tempo cronológico para a plenitude do reino. Teólogos e educadores trabalham com o mesmo objetivo: educar para a cidadania (*politeuesthe*)⁶⁵.

1. TEOLOGIA E EDUCAÇÃO AUXILIAM NA PRÁTICA DA PIEDADE

É muito comum em nossa caminhada cristã estabelecer fundamentos como sustentação para a prática da espiritualidade. Orar, ler a Palavra, cantar, exercer a misericórdia, entre outros são excelentes exemplos de como nos

⁵⁷ Desde 1988, sigo este educador porque mensura criativamente a didática como eficiência professoral e profissional de muitos docentes. Seu site é rico em recursos para quem gosta de educação. (<http://www.luckesi.com.br/>)

⁵⁸ Desde 1991, sou devedor a este teólogo-educador. Por cinco anos estivemos à frente de um projeto de educação teológica revolucionária e transformadora. Momentos inesquecíveis de articulação técnico-administrativa e metodológica em formação de docentes e desenvolvimento de currículos para educação teológica.

⁵⁹ A contribuição de Streck, além da rica discussão em seus textos, é a de alinhar teologia e educação com boa proposta fundamentalmente interdisciplinar.

⁶⁰ Além de educadora e escritora, Greggersen foi exemplo de construção pedagógica em educação à distância para mim.

⁶¹ Transpareço aqui minha confessionalidade porque, quando seminarista, aprendi o que significou ser visionário em um Brasil de “revoluções”.

⁶² Ainda quando estudante, pude ler alguns manuscritos do já falecido Reverendo Jonas Dias Martins, em letras grandes devido à sua quase-cegueira. Pregador do Evangelho em quase todo o norte do Paraná e sudoeste de São Paulo. Exegese aprendida em “lombos de cavalos”.

⁶³ Não somente visionário, mas sobretudo educador e empreendedor para a cidade de Londrina.

⁶⁴ Também visionário e articulador de mudança nos paradigmas de educação teológica no Brasil e exterior.

⁶⁵ “Politeuesthe” In STRONG, James. *The New Strong's Expanded Dictionary of Bible Words*. Nashville: Thomas Nelson (editor), 2009, p. 897.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

identificarmos como cristãos. Quero comentar sobre um fundamento que está sendo ignorado nos últimos anos. Falarei sobre a piedade⁶⁶.

A piedade é o compromisso que assumimos para cumprir os deveres perante os familiares (pais e parentes), a religião (Deus, igreja e irmandade) e o país (civismo, patriotismo e proteção ao país). Cumprir deveres denota o nível de piedade que exercemos pela devoção, pela misericórdia e pelo entendimento sobre a missão cristã no mundo.

Para mim, a piedade está conectada ao sentido integral do desenvolvimento de nossas vidas. Logo após a conversão, a vida ganha o *status* de “nova” (2Cor 5:17), de “sensatez” (bom senso) e de “justiça” (verdade e liberdade)⁶⁷. A fé em Cristo patrocina o nosso entendimento e atitude acerca da prática da piedade. Ser piedoso é agir fielmente com o compromisso dos deveres, é ser consciente do ministério confiado, é ser soldado em combate.

Sendo a vida integralmente o exercício da piedade, logo temos que demonstrar as virtudes. Isso acontece quando revelamos nosso grau de envolvimento e compromisso com o ministério redentivo de toda a criação. O fruto do Espírito (Gl 5:22) se torna uma realidade em nós porque reagimos aos vícios⁶⁸. É a piedade que fará o nosso testemunho ser a verdade de transformação integral (corpo, alma e espírito).

Deveria existir o ministério da piedade, aquele que avaliaria o rendimento de cada um de nós no cumprimento dos deveres. Deveria haver maior divulgação dos testemunhos alcançados no seio da comunidade: a família que se rende ao sentido da cruz, os membros que se engajam fielmente ao desafio de transformar a cidade e o país que se orgulha em diminuir a corrupção e injustiças.

O mundo deveria enxergar, em cada um de nós, o propósito do porquê sermos compassivos com a causa de Cristo. Compaixão é o grau máximo de

⁶⁶ BAYLY, Lewis. *A prática da piedade*. São Paulo: PES, 2010.

⁶⁷ Vale a pena ler as reflexões bíblicas de R. David Jones, acessado em 20 de abril de 2013, disponível em <http://www.bible-facts.info/artigos/serpiedoso.htm>

⁶⁸ FOSTER, Richard. *Streams of Living Water: celebrating the great traditions of Christian Faith*. New York: Harper & Row, 1998.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

nossa prática de piedade⁶⁹. A crise em exercer a missão é porque os cristãos mudaram o rumo de seus compromissos. Voltaram a defender a prosperidade porque sentem-se confortáveis com as benesses materiais. A atual teologia da prosperidade é a máscara da impiedade cristã, pois falsifica uma atitude gerada pela ganância de posses do que de socorro ao próximo. A piedade tem perdido espaço nos púlpitos e nas dinâmicas da vida cristã, está, inclusive, enclausurada nos modelos de espiritualidade placebos. Vida sem piedade é o mesmo que frasco sem perfume, cristão sem cruz e missão.

A cristologia é uma disciplina da teologia sistemática cujo conteúdo principal é descrever a vida e obra de Jesus Cristo. A finalidade maior desse estudo não é defender as máximas dos teólogos, mas, sim, gerar em nós a potencialidade de que a salvação é redentora. É o poder de transformar, a metanóia (arrependimento, conversão e testemunho) responsável pela nossa participação no reino de Deus. Cada atitude a ser feita é uma prova de que nosso caminho é o da piedade. Nossas ações revelam uma cristologia de verdade, de possibilidades e de potencialidades, enfim uma cristologia de piedade.

Vejo mais impiedade praticada nos círculos de líderes que se autodenominam “mensageiros de Deus” do que nos que se comprometem em ensinar sobre a vida de Cristo em nós. Cristo é o conteúdo da piedade. Sem ele não realizamos o trabalho, gastamos nossas fontes de energia. Sem ele não oramos, balbuciamos frases de efeito em voz audível. Sem ele não nos comprometemos ministerialmente, apenas nos inscrevemos em tarefas cotidianas. É, pois, em Cristo que a piedade se torna essencialmente espiritual, revela-nos os arcanos (mistério) do consolo, do conforto, da justiça, da confiança e da própria fé. A piedade originada em nós por meio de Cristo sempre nos fortalece a fazer mais do que devemos – faz-nos ministerialmente aprovados por Deus e pela sociedade. É a piedade que nos dá discernimento para decidir com sabedoria! É a liderança piedosa (influenciar pessoas) que

⁶⁹ RAMACHANDRA, Vinoth. *A falência dos deuses: a idolatria moderna e a missão cristã*. São Paulo: ABU, 2000.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

promove a presença cristã na sociedade e não a administração pastoral (designar funções).

Ser piedoso é seguir a Cristo, seguir a Cristo é ser cidadão. Cada um de nós, nascido em solo brasileiro, faz-nos automaticamente cidadãos. Há os que se tornam brasileiros por meio de naturalizações ou residência permanente, entre outros. O fato é que nós não temos um território que nos faz cidadãos de Cristo, a não ser o da representação imaginária (Fp 3:20a). Então nossa piedade cristã precisa ser entendida como o exercício de cidadania (Fp 1:27), ou seja, o ministério de ser piedoso na cidade. Sendo assim, entendo que o Brasil precisa de cristãos piedosos, ou melhor de cristãos que exerçam a cidadania piedosa. Então, poderemos pensar em ter uma cidade melhor.

Infelizmente, ouço pregações de líderes desmerecendo o exercício de cidadania piedosa, porque afirmam “aqui não é o nosso mundo”. Eles podem estar sofrendo de um lapso hermenêutico, pois qualquer prática do presente é que fará o reino do porvir. Falta-nos, então, a educação redentora para que nossa espiritualidade seja integralmente piedosa. É por isso que advogo uma formação teológica pastoral mais verossímil que dá sentido ao futuro da igreja. Pastorear é tornar o mundo a paróquia, parafraseando João Wesley, mas “pastar” é consumir a relva de nossas igrejas e torná-las infrutíferas. Precisamos investir em um outro tipo de formação pastoral, tipo a que dá valor ao cumprimento dos deveres. Precisamos formar pastores piedosos⁷⁰. Acredito que na escolha de um líder para pastorear uma comunidade, deve-se exigir a piedade como requisito de contratação. É como se o pastor fosse vocacionado ao exercício da piedade. Na verdade, o ministério cristão é uma vocação à prática piedosa e, nesse sentido, exercer a cidadania é ser vocacionado também.

Para responder à pergunta “Por que é difícil praticar a piedade?”, respondo: é difícil porque, infelizmente, voltamos à prática dos resultados sem

⁷⁰ WESLEY, João. *Trechos do diário de João Wesley*. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã, 1965. Deve-se ainda comparar com WESLEY, João. *Sermões*, vol. 2, 3ª ed. São Paulo: Imprensa Metodista, 1985.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

a devida crítica. Julgamos o crescimento da igreja (que não tem acontecido) como ação do Espírito, mas não aceitamos que esse inchaço é decorrente da pesca em aquário alheio. Condenamos os políticos envolvidos em corrupção, mas ignoramos líderes evangélicos envolvidos em escândalos também políticos. Falamos de pastores “ludibriadores”, mas não adotamos nenhuma exigência para a formação integral do pastor e nem aplicamos em sua educação teológica⁷¹. Falamos da precariedade da saúde pública, mas corremos a ela quando não temos planos de saúde particular. O fato é que não cumprimos com o dever de ser missionário na família, na igreja e na cidade. Não estamos exercendo a piedade.

Minha esperança é a seguinte:

“Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus, o qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniquidade e purificar, para si mesmo, um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras (Tito 2:11-14)”.

2. A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO É SERVIR A DEUS PELO CONHECIMENTO

Sabedoria é o exercício prudente do conhecimento. É a habilidade de tomar decisões baseadas no julgamento dos critérios de verdade, justiça e amor⁷². Não é fácil ser sábio, mas é possível apoderar-se dos conhecimentos necessários para exercê-lo. É por isso que há pessoas vocacionadas para aprender, conhecer e decidir. Os líderes religiosos precisam conscientizar-se acerca do conhecimento que têm para poderem servir a Deus. É o ministério de servir através do conhecimento sobre “as coisas de Deus”.

⁷¹ PROENÇA, L. Wander In Kohl e Barro. *Educação Teológica Transformadora*. Londrina: Descoberta, 2006.

⁷² PACKER, J. I. *O conhecimento de Deus*. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

A experiência de conversão e crescimento proporciona às pessoas de sabedoria o tipo característico do ministério cristão. Inicia-se com o discipulado e com as primeiras práticas de espiritualidade: a leitura, a devoção e a oração. Engana-se quem acha que o conhecimento pertence somente ao ambiente acadêmico, ou quem pensa que a erudição é desconexa do popular, ou que o clero não respeita o leigo. O conhecimento diminui as diferentes categorias que há entre as pessoas, entre os doutos e os ignorantes.

Diz-se que Educação significa conduzir a pessoa à maturidade do “ser”. Em semiótica, conhecer é a aquisição do “saber fazer”, a competência da performance, é quando o ser humano se emancipa, ganhando sua autonomia, sua liberdade. Isso acontece quando se é consciente do poder de tomar decisões. Conhecer é assumir o direito de decidir, é garantir a plenitude de domínio, de austeridade e de alteridade. A humanidade é verdadeiramente livre quando busca na Educação os mecanismos e os níveis de sua ascensão social, não econômica e nem política, mas ontológica. A Educação é a utopia que se realiza porque permite a criação do conhecimento. É quando deixamos de ser papagaios e viramos corujas!

Por acreditar na educação, anelo a redenção da nação brasileira. Torno-me profeta porque sei que a educação é redentora, libertadora e transformadora. O milagre de expulsar um espírito imundo, feito por Jesus, nada mais foi do que o uso do poder de ensinar com autoridade (Marcos 1:21-28). O ensino é o poder para extirpar o demônio da ignorância. Chamo à briga exegética os líderes que oram expulsando demônios: eles não têm o ensino de autoridade senão o da mediocridade. É através de um projeto educacional que a pessoa é inserida no contexto de libertação. As comunidades cristãs precisam entender que elas são instituições de ensino popular – para o povo. As comunidades foram chamadas ao ensino libertador.

Para o cristão, o conhecimento bíblico deve ser contextualmente relevante à sociedade. Para isso, é tarefa do exegeta e hermeneuta as indicações de como o texto deve ser lido! A Bíblia deve ser o “vade-mécum”

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

(manual) do ensino a ser proclamado. Sem a devida contextualização feita por pessoas competentes, o texto bíblico é facilmente manipulado. É o que vem fazendo os emissários da ignorância, patrocinados pelos líderes beócios. É chegado o momento de anunciar o conhecimento bíblico como produto de pensamento crítico (reflexivo). É chegado o momento de proclamar libertação do texto bíblico, tirando-os dos que não têm competência para tal. Não significa que o leigo é incapaz de ler, mas de ensinar. As mazelas que encontramos nas igrejas evangélicas é porque há carências de educadores cristãos.

Então, a educação bíblica se associa à Teologia para promover o conhecimento de Deus. É perscrutando a nossa mente e o nosso coração que se dá o conhecimento de Deus! É observando a natureza que entendemos porque Ele é o criador. É convertendo-nos ao Filho que objetivamos servir ao Pai. O conhecimento de Deus indica-nos a missão de servi-lo e, nesse sentido, as práticas ministeriais são essencialmente educacionais! Em João14:26, o Espírito Santo é qualificado como ensinador, logo somos os alunos, os que não de servir.

Há exatamente dezesseis anos estou no ministério da educação teológica. É como tenho encarado a “ideia” de servir a Deus, mas venho perdendo espaço para os que nem sequer tem uma graduação em Teologia... “Errais, não conhecendo as Escrituras, nem o poder de Deus” (Mateus 22:29).

CONCLUSÃO

Não é fácil associar duas disciplinas, mas esse deve ser o caminho. Afinal, vivemos ricamente o desafio de saber pensar e agir interdisciplinariamente. A teologia deve, sim, buscar nos pressupostos de desenvolvimento humano, cujas habilidades e competências cognitivas vão auxiliar no pensar e agir teológico para executar a missão com coerência, eficiência e promotora da liberdade.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

A educação cristã e teológica devem chegar a um consenso (diria “diálogo harmonioso), cuja base deve ser a cristologia, pautada em liberdade e conhecimento, como articuladora de formar o cristão para a cidadania do reino. A disparidade entre o que se pensa nas academias com o que se vive e ensina nas comunidades tem permitido um tipo de ignorância cristã-evangélica a ponto de não saber *discernir* a vontade de Deus. Nesse sentido, os estágios da fé são os estágios do desenvolvimento humano que se aperfeiçoam, ou melhor, se amadurecem para servir a Deus.

A teologia deve ainda explicitar o valores centrais do reino de Deus versados em dignidade, justiça, verdade e inclusividade como categorias disciplinares, não somente de especulação exegética e sistemática, mas de espiritualidade e ministério pastoral. Não há como pensar em transformação de pessoas se ela não ocorrer também nos pastores das ovelhas.

A teologia é educadora no sentido de conduzir a criatura ao Criador.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância*. Sao Paulo: Paulinas, 1982.

BAYLY, Lewis. *A prática da piedade*. São Paulo: PES, 2010.

BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. *The Blackwell Companion to Philosophy*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

COLASANTI, Marina. *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento*. Rio de Janeiro: Global Editora , 2000 .

DIMENSTEIN, Gilberto em
<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gilbertodimenstein/>>. acessado em: 20 de abr 2013.

FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo Ática, 2002.

FOWLER, James. *Os Estágios da Fé*, São Leopoldo, Sinodal, 1994.

FOSTER, Richard. *Streams of Living Water: celebrating the great traditions of Christian Faith*. New York: Harper & Row, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GINGRICH, Wilburg F. *Léxico do Novo Testamento Grego/Português*. São Paulo: Vida Nova, 1983.

GROOME, Thomas H. *Educação religiosa cristã: compartilhando nosso caso e visão*. São Paulo: Paulinas, 1985.

JACINTO, Robinson. "Em busca da dialogicidade entre educação teológica e igreja". Texto disponível em: <http://www.ftl.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=146:em-busca-da-dialogicidade-entre-educacao-teologica-e-igreja&catid=35:artigos-online&Itemid=75>. acessado em: 20 de ab. 2013.

JONES, R. David em: < <http://www.bible-facts.info/artigos/serpiedoso.htm>>. acessado em: 20 de ab. de 2013.

LUCKESI, Carlos Cipriano em: < <http://www.luckesi.com.br/>>. acessado em: 20 de ab. 2013.

PROENÇA, L. Wander In Kohl e Barro. *Educação Teológica Transformadora*. Londrina: Descoberta, 2006.

PACKER, J. I. *O conhecimento de Deus*. São

STRONG, James. "Politeuesthe" In STRONG, James. *The New Strong's Expanded Dictionary of Bible Words*. Nashville: Thomas Nelson (editor), 2009, p. 897.

RAMACHANDRA, Vinoth. *A falência dos deuses: a idolatria moderna e a missão cristã*. São Paulo: ABU, 2000.

WESLEY, João. *Trechos do diário de João Wesley*. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã, 1965.

_____. *Sermões*, vol. 2, 3ª ed. São Paulo: Imprensa Metodista, 1985.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil
IGREJA, EXCLUSÃO SOCIAL E MISSÃO INTEGRAL – UMA REFLEXÃO
NECESSÁRIA

Selma Frossard Costa⁷³

“Percorria Jesus toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo. E a sua fama correu por toda a Síria, trouxeram-lhe, então, todos os doentes, acometidos de várias enfermidades e tormentos: endemoinhados, lunáticos e paralíticos. E Ele os curou.” (Mat. 4:23-24)

RESUMO:

Pensar reflexiva e criticamente sobre a inserção da igreja evangélica no contexto social brasileiro, frente às demandas sociais presentes, que são expressões da injustiça social, é a intenção deste texto. Tendo como exemplo maior a prática evangelizadora de Jesus e a forma como estabelecia relações com pessoas, grupos e comunidades, as reflexões aqui contidas caminham na direção de provocar indagações sobre a igreja evangélica na contemporaneidade brasileira e o seu compromisso com a missão integral, revelada na Bíblia e na prática de Jesus.

PALAVRAS-CHAVES: igreja, exclusão social, questão social, missão integral

ABSTRACT

This paper has the goal to rethink critically about the role of the Evangelical church in the Brazilian social context, such as the current social needs, and social injustice expressions. Having Jesus as the major pattern of evangelism practice and his methods to establish connection with people, groups and

⁷³ Assistente social, mestre em Serviço Social, doutora em Educação, professora do Curso de Teologia da UniFil, coordenadora do Ministério Evangélico Pró-Vida (MEPROVI)

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

communities, the current reflections intend to provoke questions about the Evangelical church in the Brazilian context and its commitment to the Integral Mission, revealed in Jesus teachings.

KEYWORDS: church, social exclusion, social issue, integral mission

INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto profundamente marcado pelo acirramento da questão social, no qual a pobreza e a desigualdade social ganham expressões sem precedentes em nosso país, configurando um quadro assustador de exclusão social.

Como cidadãos e cristãos somos desafiados a assumir uma posição crítico-reflexiva frente a essa realidade social, como sujeitos pensantes nela inseridos concretamente, marcada por um momento histórico, social, econômico e político no mínimo preocupante. Também somos desafiados a proceder ao resgate de princípios, valores e diretrizes da fé cristã que conclamam para a observação de uma postura prática e contextualizada, que faça diferença nesse momento, assim como Cristo fez em sua época.

Precisamos resgatar o sentido genuíno do cristianismo, na pureza de suas origens, quebrando toda a forma de dogmas e preceitos religiosos que o engessaram, o enrijeceram e até mesmo o desvirtuaram no decorrer desses dois milênios. Há a necessidade de voltarmos à originalidade e à essência da proposta cristã de existência e convivência. Desafio este que não pretendemos, obviamente, aqui esgotar; apenas suscitar algumas reflexões que possam nos inquietar sobre esse tema.

Somos cristãos inseridos em uma realidade em que reina profunda desigualdade social, com altos índices de pobreza, mas, onde, em contrapartida, ocorrem grandes e importantes descobertas científicas e avanços tecnológicos, demonstrando um quadro de profunda contradição social e econômica. Segundo dados recentes do IBGE e ONU, o Brasil está colocado entre os dez países de maior índice do Produto Interno Bruto (PIB) e, no entanto, entre os dez países de maior desigualdade social do mundo. Há uma contradição tremenda entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social em nosso país.

O contexto de pobreza e miséria, de desigualdade e exclusão social que o nosso país vive no atual momento histórico precisa ser desvelado, conhecido, refletido, criticado e DENUNCIADO. Mas, por outro lado, há a necessidade de ocorrer o ANÚNCIO da esperança, do projeto de mudança e da possibilidade de transformação.

E, diante deste contexto, perguntamos: o quê o CRISTÃO tem para ANUNCIAR? Como produzir ações concretas de “denúncia e anúncio” em uma realidade como essa, a partir de uma perspectiva cristã?

O cristianismo tem ou não uma contribuição significativa a dar no debate e na mudança das questões sociais, econômicas e políticas que ocorrem no âmbito da sociedade?

Não tenho dúvidas em afirmar que o principal grande anúncio do cristianismo ainda é o amor de Deus pela humanidade, concretizado na pessoa de Jesus. Jesus personifica a graça redentora do Deus-Pai. Essa é a grande base do cristianismo. Se essa verdade for retirada do cristianismo, ele perde a razão de ser.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Em sendo assim, nada melhor do que observarmos algumas características das atitudes de Cristo que nos orientam quanto à postura cristã nos dias atuais, dentro desse quadro conjuntural de exclusão social.

A IGREJA E A MANIFESTAÇÃO DO REINO DE DEUS

O que é ser cristão? A resposta é simples: É crer na obra salvadora e libertadora de Jesus, que ocorre na dimensão do espírito, da alma e do corpo do ser humano; é ter Jesus como modelo orientador de todas as nossas ações e reflexões e, como resultado, é manifestar concretamente os valores do reino de Deus, no cotidiano da nossa existência, o que pode ser realizado no individual (o cristão) e no coletivo (a igreja).

Interrogado pelos fariseus sobre quando viria o reino de Deus, Jesus lhes respondeu: *“Não vem o reino de Deus com visível aparência. Nem dirão: Ei-lo aqui! Ou: Lá está! Porque o reino de Deus está dentro de vós”* (Lucas 17:20-21). Dentro de vós!

Aqui está a chave para a compreensão do que é importante para Deus. Não é o aparente; nem o visível. É o que está no coração, invisível, mas o real e o verdadeiro determinante de todas as nossas ações e reações. Trata-se da presença e da obra do Senhor Jesus atuando “dentro”, no “meio” e “através” daqueles que crêem e confessam o Seu Nome. Dentro de cada cristão, entre os cristãos e através dos cristãos. O “através” é a igreja indo de encontro às demandas e necessidades sociais, emocionais e espirituais do bairro, da comunidade, da cidade, da região, da nação onde está inserida e onde estão as pessoas. Portanto, o grande desafio para a vivência de um cristianismo autêntico e verdadeiro é a expressão do reino de Deus onde estamos, nos movemos e coexistimos (no tempo e no espaço). Este tempo se chama hoje e esse espaço se chama aqui. Como cristãos e como igreja somos chamados pelo Senhor Jesus a expressarmos o Seu reino aqui e agora.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Na verdade, o grande desafio para a vivência de um cristianismo autêntico e verdadeiro é se deixar dirigir por Deus em tudo. Portanto, ser cristão é, inclusive, se voltar, constantemente, para causas que demonstrem concretamente o AMOR de Deus.

Dentre essas causas, destacamos as sociais e comunitárias em prol dos excluídos sociais; porém, jamais excluídos do projeto de regeneração formulado pelo Pai e executado voluntariamente por JESUS!

Portanto, a Igreja para a efetivação de uma práxis cristã, que se propõe a transformar realidades, vidas e situações opressoras, há de contar, com uma ação social bíblica, comprometida e contextualizada, manifestadora do reino de Deus, que atinja as pessoas no corpo, na alma e no espírito.

Que diferença nós, cristãos evangélicos, temos feito em nossa sociedade?

Vemo-nos como sujeitos engajados, portadores da denúncia, mas principalmente do anúncio para, de alguma, forma impactar essa sociedade excludente, desigual e opressora com a nossa práxis libertadora na dimensão física, emocional e espiritual?

Jesus, de forma amorosa, cuidadosa, compromissada, incisiva e responsável, viveu esse compromisso intensamente cada minuto dos seus 33 anos encarnado como homem!

Ao observarmos as ações e posturas de Jesus, descritas nos Evangelhos, fica-nos evidente o seu visceral envolvimento com as questões que atormentavam as pessoas na dimensão espiritual, emocional e física, vivenciadas concretamente no contexto histórico e social da época. Ele ia e se fazia presente onde houvessem necessidades a serem supridas. Pregava o evangelho do reino nas sinagogas, mas também curava TODA sorte de enfermidades entre o POVO, fossem essas enfermidades espirituais, emocionais ou físicas. Sua preocupação era com o ser humano na sua integralidade e no seu contexto de vida. Quando curou a cegos, paralíticos e

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

alimentou multidões estava suprindo necessidades físicas e biológicas; quando acolheu a mulher samaritana na beira do poço, demonstrando interesse e preocupação com a sua vida, supriu-lhe necessidades emocionais; quando conversou com Zaqueu e Nicodemos estava atendendo-lhes em suas necessidades espirituais. Em todos os casos, partiu de uma necessidade específica para manifestar o reino de Deus e promover a regeneração que se processa no espírito, promovendo a santificação da alma e a restauração do físico. Ele pregava as boas novas do evangelho, mas não passava ao largo das necessidades existenciais e pessoais apresentadas, e por Ele percebidas de forma tão próxima. Ensinava e pregava, mas curava e fazia o bem; atuava nas sinagogas, mas por toda a parte também.

Ele ia onde o povo estava! Dentre tantos outros exemplos trazidos pela Bíblia, destacamos ainda o a sábia e amorosa intervenção de Jesus frente à ameaça de apedrejamento da mulher acusada de adultério; o almoço (ou jantar) com pecadores, os excluídos espirituais da época; o acolhimento das crianças, que estavam sendo afastadas da sua presença; a ressurreição de mortos; a libertação de endemoninhados. Jesus dialogava com essas pessoas; olhava para essas pessoas; tocava nessas pessoas.

Olhar, dialogar e tocar são atitudes que fizeram parte do seu ministério, do seu modelo missionário. É isso que Deus quer da Sua igreja ainda hoje. Ele não está preocupado com estruturas. Ele está preocupado com pessoas!

Esse é o modelo de Jesus para sermos cristãos contemporâneos de referência, no envolvimento com ações que enfrentem a questão social instaurada no nosso contexto: desemprego, violência, drogadição, famílias em situação de miséria, crianças em situação de risco social, etc.

Cristãos que se voltem para onde estão as demandas e necessidades sociais do povo.

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Cristãos que não confundam “projetos sociais” com ações “assistencialistas” que não promovem mudanças e nem desenvolvimento social, educacional, moral, emocional e espiritual.

Cristãos que efetivamente provoquem transformações de realidades opressoras.

O último ato de Jesus antes de ele ir para a cruz esteve impregnado de uma grande lição de humildade: lavou os pés dos discípulos. (João 13:1 a 20) Por que e para quê Jesus fez isso? Para ensinar, na prática, que a igreja que ali estava nascendo, nascia para servir! Servir na dimensão material e espiritual. E servir só é possível a partir de um coração quebrantado diante de Deus que clama como Isaías, *Eis-me aqui, Senhor, envia-me a mim!* (Isaías 6:8). Envia-me para quê? Para, em Teu nome, levar as boas novas do Evangelho com práticas de adoração de amor e de serviço!

Em certa ocasião, Jesus observou uma multidão de pessoas e, percebendo-as aflitas e cansadas, “como ovelhas sem pastor”, compadeceu-se delas e disse aos discípulos que rogassem a Deus para que mandasse trabalhadores para a sua seara (Mateus 9:36 a 38). Trabalhadores que cuidassem delas, que orassem por e com elas, que as olhassem nos olhos e perguntassem: “O que queres que eu te faça?”, que as tocassem, que as alimentassem e as curassem física, emocional e espiritualmente. Tudo em nome de Jesus! Isso é evangelizar. É proclamar, é viver o reino de Deus.

Jesus, quando orou pelos discípulos, registrado em João 17, disse: *“não vos peço que os tire do mundo, mas que os livre do mal”* (vs. 15.) Em outra ocasião, Jesus já havia dito: *“e assim brilhe a vossa luz diante dos homens para que eles vejam as vossas obras e glorifiquem a Deus que está nos céus”* (Mat.5:16). E mais ainda, *“Vós sois o sal da terra... a luz do mundo...”* (Mat. 5:13-14).

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

Constatamos, claramente, que Jesus enfatiza que a igreja não pode viver alienada e indiferente aos fenômenos e fatos que ocorrem na sociedade, causando exclusão, opressão e tantas outras formas de sofrimento humano. Não se trata de “envolvimento” com o mundo secular e seus valores; trata-se de, sem perder a identidade cristã, identificar-se com as dores pessoais e existenciais vividas e experienciadas pelas pessoas. Enquanto igreja devemos estar inseridos no contexto contemporâneo, denunciando práticas de pecado, de injustiças e anunciando o amor e a misericórdia de Deus, através de palavras e ações concretas, pois a igreja é a voz profética da denúncia e do anúncio. A palavra de Deus, o evangelho de Cristo, o poder do Espírito Santo, a Graça de Cristo têm que ser anunciadas em confronto à denúncia do pecado que distancia o ser humano de Deus e o faz egoísta, maledicente, violento, etc.

Quando nos voltamos para os primórdios da denominada “igreja primitiva” observamos que a primeira atitude daqueles irmãos foi “perseverarem unânimes na oração” (Atos 1:14). Isto significa que começaram pela UNIDADE e pela ORAÇÃO e, como consequência tornaram-se ousados no anúncio da Palavra (Atos 4:31); em todos havia abundante graça (Atos 4:33); não existiam necessitados entre eles (Atos 4:34) e cresciam em número contando com a simpatia de todo o povo (Atos 2:4)

Mas, constatamos também que a Igreja não ficou restrita em si mesma e em seu grupo (Atos 3). Ela posicionou-se claramente em suas convicções de fé e não se abalou frente às ameaças e perseguições, fazendo diferença em seu contexto e momento histórico. O primeiro milagre realizado através de irmãos da igreja primitiva foi a cura do deficiente físico (coxo, no termo bíblico), a partir do testemunho de Pedro e João. Pedro, como legítimo representante do reino de Deus, não se limitou a dar-lhe um “paliativo”, não buscou amenizar-lhe o sofrimento. Poderia simplesmente ter-lhe dado algum dinheiro ou alimento, manifestando uma atitude caritativa e assistencialista, mas não! Foi muito mais além: deu o que tinha de melhor! Respeitando-o profundamente

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

como pessoa humana, fitou seus olhos (Atos 3:4), declarou a cura em nome de Jesus e estendeu a mão (Atos 3:7), e o ajudando a firmar-se sobre as pernas ainda tão frágeis. A liberdade física abriu, para aquele homem, as portas para a libertação espiritual. Como consequência desse milagre, Pedro pôde falar a uma multidão sobre Jesus, da qual muitos se converteram. (Atos 4:4)

Mesmo sendo presos e perseguidos, eles não desistiram. A igreja primitiva impactou o contexto em que estava inserida. Não se intimidou. Aceitou os desafios! Unida, foi em direção às mazelas sociais libertando, curando, salvando vidas e transformando realidades.

Com o crescimento da igreja houve a necessidade da primeira divisão de ministérios: o ministério da oração e da palavra (Atos 6:4) e o ministério do serviço (Atos 6:2-3). Esse fato nos chama a atenção, pois demonstram que, desde seus primórdios, a Igreja já tinha como base de trabalho a evangelização e a ação social, ambas realizadas por “homens cheios do Espírito Santo”.

A igreja, em suas origens, não ficou restrita em si mesma, teve uma atuação verdadeira e incisiva no meio social. E hoje? A igreja (evangélica) dos tempos atuais impacta o mundo? Os cristãos se vêem engajados nela para contribuir, de alguma forma, para que o mundo e a sociedade sejam impactados por sua ação? A igreja faz diferença na sociedade brasileira? O exercício do servir no reino de Deus começa com essa inquietação: “Que diferença fazemos na nossa comunidade?”

CONCLUSÃO

Como igreja acreditamos e exercemos a missão integral? A Igreja com missão integral encarna os valores do reino de Deus e testifica o amor e a justiça revelados em Jesus Cristo, no poder do Espírito, em função da

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

transformação da vida humana em todas as suas dimensões, tanto em âmbito pessoal como em âmbito comunitário! (René Padilla). A igreja que exerce o ministério integral é aquela que se propõe a comunicar o evangelho mediante tudo o que é, diz e faz! É a Igreja que serve; que produz diferença na vida espiritual e no contexto social do povo e da nação! É a igreja que atua por amor a Deus e às pessoas; fruto e resultado do amor de Deus, que um dia nos resgatou e fez o Seu Espírito habitar em nosso espírito.

A práxis cristã, autêntica e original, considera o ser humano na dimensão do corpo, da alma e do espírito; atua de forma contextualizada (o ser humano inserido na realidade sócial); atua por amor a Deus e ao próximo e com amor; e expressa a “práxis” do falar e do fazer.

É este amor que deve nos constranger a nos voltarmos para o outro, alvo também do amor de Deus, e ajudá-lo em suas necessidades físicas, emocionais e espirituais, com ações concretas. Enquanto igreja, somos desafiados, pelos exemplos bíblicos, e pela realidade social que cotidianamente se apresenta aos nossos olhos, a nos posicionarmos nesse momento histórico, com todas as suas características e nuances, como proclamadores do evangelho que *"faz justiça aos oprimidos e dá pão aos que têm fome; que liberta os encarcerados, abre os olhos aos cegos, levanta os abatidos, guarda o peregrino, ampara o órfão e a viúva."* (Salmos 146: 7 a 9).

Portanto, a responsabilidade social da Igreja no contexto contemporâneo se manifesta na voz profética da denúncia de injustiças sociais e do anúncio do Reino de Deus, através de atitudes e ações concretas, revelando uma relação indissociável entre o falar e o fazer, que é a práxis do evangelho genuinamente vivido por Jesus, o nosso exemplo maior.

REFERÊNCIA



Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

PADILLA, René C. *O que é Missão Integral*. Viçosa: Ultimato, 2009.

PLANTINGA JR., Cornelius. **Not the Way It's Supposed to Be: A Breviary of Sin.** Grand Rapids, MI: Wm. E. Eerdmans Publishing Co., 1995, 202 p.

Ênio Caldeira Pinto⁷⁴

Em março de 2004, tive o privilégio de conhecer pessoalmente o Dr. Plantinga em uma visita que fiz ao *Calvin Theological Seminary* em Grand Rapids, Michigan. Naquela ocasião, adentrei também à sala do Dr. Carlos Bosma que me orientou sobre a presidência de Plantinga desde os idos de 2002. Já se passaram 7 anos e ele continua na liderança da escola. Em suas próprias palavras, sua visão para o Calvin é “o evangelho se tornará a nota base que sustenta e acompanha tudo o que fizermos e pensarmos”. Sua formação acadêmica nos permite dizer que ele é referência na área de teologia sistemática e pinceladas em temas da teologia prática. Lecionou no Princeton e no Fuller, além de vasta experiência em faculdades e universidades. Sua abordagem de leitura crítica é reformada com fortes recortes da teologia contextual, o que nos permite se deliciar com a leitura densa e profunda.

A presente obra refere-se ao ajuntamento das anotações e reflexões do autor sobre o tema do pecado, queda, corrupção, vício, ataques e lutas em mais de dez anos. A primeira publicação é de 1995 com a estrutura de 10 capítulos temáticos, além de um epílogo e um índice onomástico e de assunto. Já no prefácio, Plantinga deixa-nos esclarecido sobre o objetivo do livro: "meu alvo, então, é renovar o conhecimento de uma realidade persistente que costuma evocar em nós o medo, o ódio e a aflição...é renovar nossa memória acerca da integridade e afiar nossos olhos para a beleza da graça" (página xiii), ou seja, partindo de uma compreensão acerca do pecado, ele oferece-nos um guia para o roteiro da graça. Para ele,

"pecado é sempre um afastamento da norma e que precisa ser avaliada as consequências. Pecado é desviar-se dos padrões e ser perverso, praticar uma injustiça ou iniquidade ou ingratidão. Na literatura do Êxodo, pecado é desordem e desobediência. Pecado é a falta de fidelidade (fé), a ausência de lei e adesão ao ateísmo. Pecado é tanto a coragem de ultrapassar uma linha como o fracasso de não poder alcançá-la - ambas são transgressões e atalhos. Pecado é a falta de objetivo, a exploração das posses, as manchas do vestuário, o puxão de tapete na caminhada de alguém, o desvio do caminho e a fragmentação do todo. Pecado é aquilo que culpavelmente atormenta a *shalom*. A vida pecaminosa humana é uma

⁷⁴ Professor de Bíblia, Unifil - eniocaldeira@hotmail.com

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

caricatura da própria vida humana... O pecado é terrivelmente um poderoso explorador do bem, mas que no final não conseguirá dominar tanto o projeto de Deus original como o da renovação no mundo... O pecado é um parasita (...) que não constrói a *shalom*, mas, sim, que a vandaliza. O bem é original, independente e construtivo. O mal é derivado, dependente e destrutivo" (p. 88s).

Plantinga convida-nos também a enxergar a confissão de pecados como sendo a retirada dos amontoados de lixo para fora, ou seja, uma só vez não é o suficiente. Para que isso então se realize, é preciso, sim, ter uma *breve* teologia do pecado, pois a "autodecepção sobre os nossos pecados é como um narcótico, um tranquilizante e uma supressão desorientada de nosso sistema nervoso-espiritual central" (p. xiii). Precisamos com urgência "renovar nossa memória com o conteúdo da integridade da criação e afiar nossos olhos para a beleza da graça" (p. xiii).

Na **Introdução** (p. 1-6), o autor esclarece a estrutura de como será esquadrinhado o roteiro do pecado. É um verdadeiro caminhar sobre o vale da sombra da morte. Ele admite que a função do pecado é: (a) distorcer o nosso caráter, uma característica central de nossa humanidade genuína; (b) ocasionar e resultar em nossa miséria; (c) cauterizar nossas mentes sobre a imoralidade, (d) afastar-nos das orientações bíblicas, ou seja, sem lei e sem fidelidade, (e) cegar-nos acerca da morte, e (f) desviar-nos e desligar-nos da relação com o Criador. Portanto, o pecado não é somente rompimento, mas também resistência à redenção. Essa introdução é uma excelente aula inaugural para a disciplina de Teologia Sistemática, cuja abordagem trará à luz o porquê do pecado ser tão destrutivo e violento. Considerando o termo *alienação* como sinônimo para pecado, é excelente descritivo para Sociologia, Antropologia, Psicologia e Filosofia. Embora o autor não faz nenhuma citação de Tillich, certamente o significado de pecado está relacionado com sua teologia.

O **capítulo primeiro** é intitulado *O vandalismo da shalom* (p. 7-27) e o autor teve a preocupação de esboçar o caminho que o pecado traçou para que a humanidade resista à possibilidade da redenção. Através de ilustrações do Grand Canyon, de Santo Agostinho, a fome na Etiópia e dois jovens na sala de aula, ele estruturou sua argumentação em três tópicos: (a) o *conceito de shalom* cuja ênfase é sobre os textos proféticos de que o "muro está no prumo". Estabelecer a *shalom* é quando Deus conserta as coisas, dá prumo aos muros, é "o florescimento universal, integral e prazeroso" (p. 10) e eu diria estabelecer a saúde integral da criação; (b) o *conceito de pecado* cuja ênfase é sobre o rompimento da humanidade com Deus, a ruptura da aliança vista penitencialmente no Salmo 51:1-4 e a prática daquilo que desagrade a Deus e nos torna culpados; e (c) a distinção entre interescolar e intermural, ou seja, diferenças entre crime, imoralidade e doença, levando-nos ao brejo das definições teológicas e filosóficas. Vale ainda ressaltar que, na tradição calvinista, a compreensão de que nós somos pecadores desde a concepção

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

nos torna conscientes sobre a doutrina da redenção. Sendo assim, não podemos vandalizar (destruir) a integralidade da shalom.

No **capítulo segundo**, Plantinga alerta-nos sobre a *Higiene espiritual e a corrupção* (p. 28-38) que, em palavras curtas, tratou acerca da integridade do pecado original. A palavra chave é *corrupção*, ou seja, a responsável pela destruição de nossa santidade e a conseqüente acusação de que somos culpados e, por isso, não é possível a justificação. Plantinga interpreta Gênesis 1-3 a partir de duas definições fundamentais, quais sejam: (a) o pecado nos corrompe, pois ele coloca em separado o que Deus juntou e ajunta o que Deus separou; (b) o pecado nos torna essencialmente despojadores (roubadores), pois conseguimos remover aquilo que preserva nossa integridade. Para Agostinho, o pecado nos promove à corrupção, e para Calvino, nós temos naturalmente a disposição para pecar. A proposta de possuímos ou praticarmos uma *higiene espiritual* consiste no entendimento de que houve a (a) criação (a ordem divina sobre a maneira de classificar e separar), a (b) anticriação (a ruptura que promoveu a queda humana perante o Criador) e a (c) recriação (a promessa de justificação, o que significa propriamente a graça recebida). Integridade consiste em recuperar a fé em Deus. Aliás, é, sim, necessário dizer que a fé é o início da jornada que nos conduz à disciplina acerca de uma espiritualidade autêntica. Ela nos conduz à obediência e fidelidade a Deus. Essa compreensão nos levará à liberdade e ao poder de vencer o pecado. Para mim, devemos ansiar a prática da justiça (*tsadiq*) que nos conduzirá ao aumento da *shalom* no mundo.

Das páginas 39 a 51, registra-se o **capítulo terceiro** com o título de *Perversão, poluição e desintegração*. É interessante observar a construção teológica que Plantinga faz a respeito dessa tríade. Todas são conseqüências da corrupção. Sobre a perversão, ele a ilustra através do ambiente da política: "se você quer eleger-se, deve vender o que o povo está comprando" (p. 40). "A perversão é uma doença de fins e propósitos" (p. 40). A maneira de nos defendermos dela é sempre avaliarmos a nossa bondade praticada. A poluição é *semanticamente* quando nos manchamos com lama (impurezas), causando-nos distanciamento de Deus. Nos textos bíblicos, a lama que nos mancha é a idolatria e o adultério. Por fim, a desintegração é a pior (se é que posso dizer o que é pior quando se fala de corrupção), pois suas conseqüências são o prelúdio e poslúdio da morte (finitude). Ela promove a divisão em tudo, inclusive aos que acabaram de dividir. Por isso, o pecado foi entendido como *espinho na carne* em toda a tradição cristã. Para os pais da Igreja, em especial por Atanásio, como *amor mortis* (a morte do amor), cujo pessimismo perpetuou-se grandemente. Eis porque o trabalho de Cristo foi o de anunciar a redenção, converter-nos ao processo de reconstrução da imagem de Deus.

Se não bastasse o que já foi dito sobre corrupção, fiquei admirado com a eloquência de Plantinga ao descrever *O progresso da corrupção* (p. 52-77), no **capítulo quarto**. Ele introduz essa temática através de três ilustrações cuja conclusão é que o pecado sempre produzirá mais pecados. Lembro-me do que

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

o nosso presidente disse em uma entrevista, "O problema da mentira é que, para sustentar a primeira mentira, você deverá sempre mentir" (Lula, entrevista). "O pecado é como uma árvore do mal, sempre produzirá frutos corruptos" (Segunda Confissão Helvética, resposta 8). Para Agostinho, o pecado é fatal e fértil, atinge a família e cresce nas cidades por meio da violência, terrorismo, segregação e opressão. A corrupção nos vicia, cria em nós a dependência, a insegurança e o desajustamento psicológico e social. Somos ansiosos e falhamos em qualquer projeto de confiança. Preferimos a soberba e a sensualidade à humildade e à prudência. Somos frutos de uma geração perversa que, naturalmente, perpetuamos as próximas gerações. Plantinga chama-nos atenção para a distinção entre motivos, contextos e causas da corrupção para que saibamos entender o que significa um povo digno diante de Deus, ou seja, quando podemos *assegurar nosso senso de responsabilidade*. O contexto evangélico brasileiro seria vergonhoso se eu falasse acerca da avalanche de novas denominações que surgem a cada dia, decorrentes da irresponsabilidade de líderes e organizações. Aqueles que não nos remete nenhuma responsabilidade, não fazem parte do povo de Deus, eles pertencem ao mistério da iniquidade (2Ts 2:7), usam o nome de Satanás para desviar-se das responsabilidades. Afinal, Satanás nos tenta, nos ataca, nos intimida, nos culpa e nos aborda, mas jamais nos coage (tem poder sobre), nos tira a coragem, nos condena e nos faz calar. Indico este capítulo aos líderes evangélicos brasileiros para que, mediante profunda introspecção, consiga pensar sobre o sistema de liderança que promove corruptos e não responsáveis.

Parasita (p. 78-95) é o título do **quinto capítulo** cuja argumentação baseia-se em dois tópicos. O primeiro é sobre ironias e híbridos. Parasita é aquele que se aloja em um outro organismo e se alimenta dele. A princípio não causa mal nenhum, todavia, depois de um tempo, há de lhe arruinar a vida. Ironia é usada no sentido de que o bem de hoje é o mal de amanhã, por exemplo, as cruzadas foram responsáveis pela libertação de Jerusalém, no entanto aumentou a inimizade entre cristãos e muçulmanos. A ortodoxia católica promoveu a defesa da fé, mas também queimou na fogueira. Em nós habita o bem e o mal, somos híbridos. Há, para Plantinga, três complicações: (a) a soberba nos torna narcisistas, (b) a soberba nos faz pensar que somos grandes e (c) a soberba nos cega para o entendimento das virtudes e valores. É relevante pensar que a soberba *está* em nós, muitas vezes imperceptível, alimentando-se de nossa presunção e arrogância. Alguém, por exemplo, que está em função de poder pode achar-se naturalmente merecedor, mas nunca admitirá soberba (arrogância) se tiver que ceder seu lugar a outrem. O segundo tópico é sobre carência e parasita, ou seja, a dupla que fará oposição constantemente à criação e redenção. Plantinga diz que a carência e o parasita geram em nós o processo *anti* (anti-lei, anti-justiça, anti-Deus, anti-Espírito e anti-vida). É como um vírus que atinge o organismo e, devido à nossa carência, cega-nos. As complicações são: (a) somos mais atraídos à iniquidade, (b) sentimos dramaticamente prazer na prática da maldade e (c) disfarçamos a

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

iniquidade porque sabemos imitar o bem e o mal. O alerta é o seguinte: o parasita está em nós cuja função é tirar-nos a vitalidade.

O **capítulo sexto** (p. 96- 112) discorre melhor sobre a metáfora do disfarce. Com o título de *Mascarado*, Plantinga afirma que o pecado produz em nós a roupagem da hipocrisia, vestindo-nos com (a) a máscara da sanidade, dizendo que temos uma consciência ativa, mas que na verdade maquiemos falsamente a verdade e conseguimos ludibriar outros a também serem imitadores dela; também vestimos (b) a máscara de moralidade pública, ou seja, queremos denunciar a sujeira, mas resistimos ao envolvimento completo para erradicá-la; (c) a máscara do auto-logro (fraude), pois cada um de nós, conscientes acerca do pecado, sabe defender-se *poderosamente* quando somos denunciados por ele. Somos lobos em peles de cordeiros; por exemplo, todo moralista é um grande depravado. Praticar a verdade é a arma libertadora que nos conduzirá à santidade.

Pecado e Leviandade é o tema do **capítulo sétimo** (p. 113- 128). A tese do autor é que o pecado gera em nós a delinquência, ou seja, a insensatez, a incapacidade de julgar, a insensibilidade de discernir entre o certo e o errado, entre o perigo e a segurança, entre a sabedoria e a ignorância. Plantinga descreve o roteiro da insensatez no mundo, cuja promoção é desalinhar a humanidade diante de um projeto de preservação da vida e da ordem divina. O objetivo da insensatez é promover as *loucuras* adoradas pela humanidade caída. Este capítulo é relevante para nos aproximar do temor a Deus e criar em nós o significado de discernimento, que é o princípio para exercer a sabedoria. Líderes precisam entender que sabedoria não é uma aptidão cognitiva, mas, sim, aquela que é capaz de gerar a prática do amor diante das realidades percebidas. A sabedoria provém do conhecimento de Deus e, para adquirí-la, precisamos nos *aproximar* dele.

O **capítulo oitavo** (p. 129-149) é um hino ao entendimento acerca da dependência do pecado. Sobre o título de *A tragédia do vício*, Plantinga nos convida a entender o projeto de Deus para nossa espiritualidade (disciplina cristã), em outras palavras, ao nosso sentido de responsabilidade e liberdade humana. O objetivo do vício é tornar nosso desejo sem rumo e sem controle, conduzindo-nos à obsessão, à posse e, oportunamente, ao desespero. Em cada uma dessas sessões, há fortes indícios da prática cíclica, levando o indivíduo ao retorno sem fim. É nesse momento que devemos saber julgar o que é culturalmente vício e o que é teologicamente tragédia. Os viciados são pecadores cujo quadro é tragicamente pintado porque eles são incapazes de se verem como criaturas de Deus, eles se identificam plenamente com a queda do que com a redenção. Eis porque o trabalho com os que não enxergam resgate para si é difícil e o retorno é pequeno. Qual ministério é mais dinâmico para a eclesiologia contemporânea: investir em clínica de recuperação ou ter um grupo de intercessão por viciados?

Qual é a tarefa diária do pecado? É o *Ataque*, diz Plantinga em seu **capítulo nono** (p. 150-172). A ilustração é feita com o paralelo de *sermos*

Revista Eletrônica do Curso de Teologia da Unifil

quebrados. Ou seja, paus e pedras quebram nossos ossos, mas as mentiras quebram nosso coração (mente). É interessante saber que o ataque do pecado à nossa mente predispõe-nos ao erro, à agressividade e à inveja. Sobre essa última, o autor amplia mais ainda o conceito. "O que o invejoso quer não é, primeiro de tudo, obter o que o outro tem, mas, sim, querer que o outro não obtenha". A inveja, naturalmente, levará a pessoa ao ressentimento, ao orgulho e à destruição. Devemos lembrar que o ressentimento é um sentimento gerado pela raiva, algo que não admitimos em nossos padrões *cristãos*. Somente o sentido de saúde integral (*shalom*) é que poderemos defender-nos do ataque do pecado.

Por fim, o **capítulo dez** (p. 173- 197) recebeu o nome de *Voo* e necessita de explicação. Trata acerca das ferramentas usadas pelo pecado para exercer o domínio sobre nós. Nesse sentido, a idéia de pecado faz-nos conscientes de que somos responsáveis e é por meio dessa responsabilidade que adquirimos autoridade. Então, diante de Deus, tornamo-nos agentes da restauração e não devemos dar evasão para o pecado. Entretanto, Plantinga nos auxilia acerca de oito fugas que o pecado nos oferece: (1) a conformidade deve ser distinta da obediência, ou seja, enquanto a obediência é socialmente forte, a conformidade é entendida como fraqueza pessoal; (2) a conivência é quando fechamos os olhos para a prática da injustiça e levamos outros a ver da mesma forma, em geral não queremos nos comprometer; (3) a ignorância é quando não queremos ser os párocos de nossa cidade, é achar que a cidade jaz no maligno; (4) a arrogância intelectual pode dizer-nos que somos *especialistas*, mas que não somos sensíveis ao pecado; (5) minimizar a gravidade do erro, ou seja, estar disposto a pagar apenas uma parte do débito e não todo ele; (6) trilhar um caminho mancando sempre, cujas desculpas são feitas diretamente a Deus; (7) optar por viver no casulo (isolado), costumeiramente diz que não precisa da igreja; e (8) por fim, alegrando-se com outros para o caminho da morte.

O texto de Plantinga é altamente relevante para o contexto religioso brasileiro e, após refinada leitura, posso elencá-lo como uma leitura desafiadora para a construção de nossa espiritualidade integral. Indico-o totalmente para os professores de teologia sistemática e teologia prática, cujas ênfases serão notórias à construção do saber teológico e da educação cristã. Para os alunos de teologia, diria que a leitura deveria ser reportativa, ou melhor, reprodutiva, tipo descrever como cada capítulo iria moldar nosso caráter e de vários membros de nossas comunidades.